

Apresentação

O Boletim Econômico Capixaba é uma publicação mensal do Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies), entidade da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e apresenta as principais análises e indicadores da economia brasileira e capixaba.

Com o novo formato estreado na edição de agosto de 2020, a publicação foi reformulada com nova configuração das seções.

Inicialmente é trazido o **Sumário Executivo**, que reúne as principais informações de cada seção do Boletim permitindo uma visualização mais rápida do panorama geral da conjuntura econômica do mês.

Após o Sumário Executivo, a primeira seção traz um Assunto em Destaque ou o texto de um Especialista Convidado. Neste mês o **Assunto em Destaque** traz um balanço sobre o ano de 2020 e as perspectivas econômicas para 2021.

A segunda seção – **Atividade Econômica** – aborda os aspectos conjunturais no mundo, no Brasil e no Espírito Santo. São avaliados os últimos dados setoriais e de atividade econômica para o país e para o estado. Excepcionalmente neste mês, por conta da divulgação antecipada do Boletim, não foram trazidos os números da arrecadação federal.

Na terceira seção – **Desempenho Industrial** – são analisados os resultados de outubro para a produção física brasileira e capixaba. A seção ainda aborda os números referentes à produção de petróleo e gás natural, às exportações do setor industrial, às cotações das principais commodities e ao consumo e produção de energia elétrica. Neste mês há ainda um **box** especial com informações sobre o 2º ciclo de oferta permanente da ANP.

A quarta seção – **Preços, Juros e Crédito** – traz os números sobre a inflação, as taxas de juros, o spread e a inadimplência, além dos montantes de crédito no país e no estado.

A quinta seção – **Finanças Públicas Estaduais** – analisa os números das receitas e despesas realizadas pelo Governo do Estado de janeiro a novembro.

A última seção apresenta os **Comentários Finais**.

Nesta edição, há ainda um **Anexo** com dados sobre a evolução das receitas dos municípios capixabas, conforme abordagem realizada no texto em destaque na seção 1.

Além deste documento com as análises completas, o Ideies disponibiliza todo os gráficos e tabelas deste Boletim em formato de planilha, possibilitando uma outra forma de visualizar e interagir com os dados. Você pode baixar o arquivo em: http://bit.ly/DadosBEC_Dezembro20.

Acesse toda a produção de estudos e informações do Ideies no nosso portal: <https://portaldaindustria-es.com.br/>.

Ótima leitura!

Seções

Sumário Executivo	02
1. Assunto em Destaque - O ano de 2020 e as perspectivas para 2021	06
2. Atividade Econômica	11
3. Desempenho Industrial	14
4. Preços, Juros e Crédito	20
5. Finanças Públicas Estaduais	26
6. Comentários Finais	31
Anexo	32

Sumário Executivo

O mês de dezembro trouxe novidades relevantes no que diz respeito à pandemia da Covid-19. A tendência observada em novembro, de aumento das médias móveis de casos confirmados e de mortes no mundo, foi mantida neste mês e as festas de final de ano devem ser um ponto de preocupação na maioria dos países, com maior deslocamento de pessoas e interações, o que pode causar novo crescimento da doença.

As boas notícias ficaram por conta das novidades em relação às vacinas. **Países como o Reino Unido, o Canadá e os Estados Unidos aprovaram o uso emergencial do medicamento desenvolvido pela Pfizer/Biontech e já iniciaram a vacinação.** Outros países devem seguir o mesmo caminho ainda neste mês. No Brasil, houve movi-

mentações por parte do Governo Federal para apresentar um plano nacional de imunização, ainda pouco detalhado.

Na economia um dos destaques de dezembro foi a divulgação do resultado do PIB brasileiro referente ao 3º trimestre, que teve crescimento de 7,7% em relação ao trimestre anterior. Já na comparação contra o mesmo trimestre de 2019, a economia nacional caiu -3,9%.

Os dados da atividade econômica capixaba para o período também foram conhecidos com a divulgação do IAE-Findes, que estima o PIB trimestral do estado e as variações das atividades econômicas. **O Espírito Santo cresceu 9,5% na passagem do segundo para o 3º trimestre.** Mas, assim como aconteceu com o Brasil, sofreu retração de -4,3% em comparação ao mesmo período de 2019.

Variação (%) dos indicadores de atividade econômica – 3º trimestre de 2020

Taxas (%)	Espírito Santo				Brasil			
	IAE-Findes	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços
3º trim. 2020 / 2º trim. 2020 *	9,5	0,1	19,1	7,9	7,7	-0,5	14,8	6,3
3º trim. 2020 / 3º trim. 2019	-4,3	-6,7	-14,2	-2,1	-3,9	0,4	-0,9	-4,8
Acumulado no ano	-6,0	-7,8	-16,4	-3,2	-5,0	2,4	-5,1	-5,3
Últimos 4 trim. / 4 trim. anteriores	-4,8	-7,1	-16,2	-1,9	-3,4	1,8	-3,5	-3,5

(*) Com ajuste sazonal.

Fonte: IAE-Findes e SCNT-IBGE.

Elaboração Findes/Ideies.

Os dados conjunturais mais recentes, referentes a outubro, apontam para a continuidade da recuperação da atividade econômica no início do 4º trimestre. **O indicador de atividade econômica do Banco Central, que é interpretado como uma prévia do PIB, avançou 0,86% no Brasil e 1,33% no Espírito Santo na passagem de setembro para outubro.** Embora ainda não tenha atingido o patamar anterior à pandemia, de fevereiro, o IBCR-ES apresentou o sexto crescimento mensal conse-

cutivo, indicando retomada gradual da economia capixaba. Em relação às pesquisas mensais setoriais do IBGE, na passagem de setembro para outubro houve crescimento no Brasil na produção física da indústria (1,1%), nas vendas do comércio varejista ampliado (2,1%) e nos serviços (1,7%). Já para o Espírito Santo a variação mensal mostrou retração nos três setores: indústria (-1,8%), comércio varejista ampliado (-2,4%) e serviços (-2,0%).

Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Out 2020 / Set 2020 ¹	Out 2020 / Out 2019	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	0,86	-2,61	-4,92	-3,93
Índice de atividade econômica regional ES	1,33	-0,04	-5,58	-5,50
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	1,1	0,3	-6,3	-5,6
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	-1,8	-7,6	-17,0	-18,3
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	0,9	8,3	0,9	1,3
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	0,4	13,0	3,6	3,6
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - Brasil	2,1	6,0	-2,6	-1,4
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - ES	-2,4	8,8	2,7	3,2
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	1,7	-7,4	-8,7	-6,8
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	-2,0	-7,2	-8,2	-6,5

¹ Valores com ajuste sazonal

² Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito

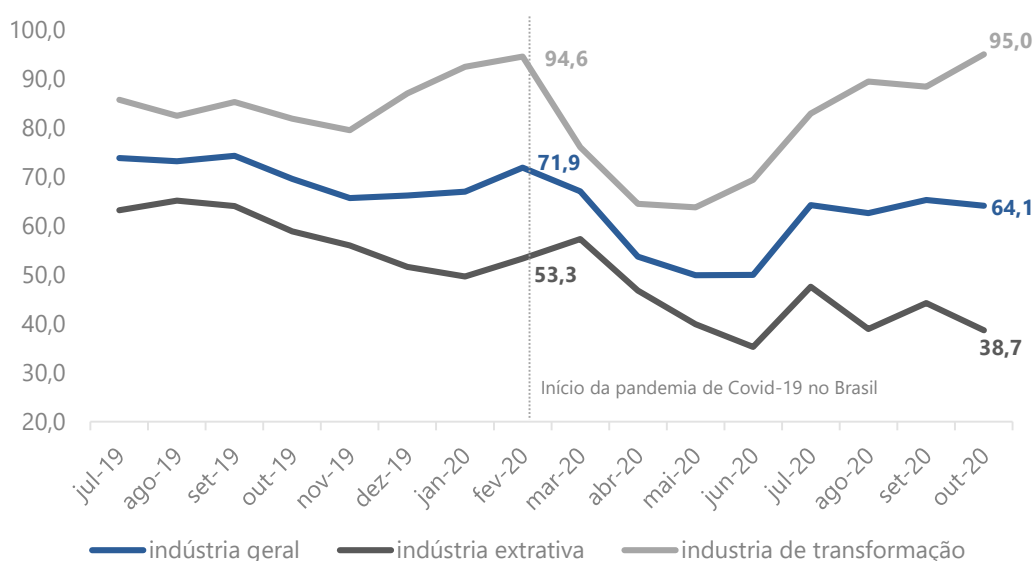
Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Elaboração: Ideies / Findes

Especificamente sobre o desempenho do setor industrial, o resultado de crescimento no país em outubro, a sexta alta mensal consecutiva, permitiu que **o nível de produção nacional se encontre 1,4% acima do registrado em fevereiro, antes do início da pandemia**. No Espírito Santo a produção da indústria ainda não recuperou o patamar pré-pandemia. No ano, a indústria capixaba acumula queda de -17,0%, influenciada pela retração de -30,3% na indústria extrativa, **em função da menor produção de petróleo, gás natural e pelotas de minério de ferro**.

A indústria de transformação também obteve uma variação negativa (-5,2%), puxada pela metalurgia (-19,4%), mas o resultado foi contrabalanceado pelas expansões nas atividades de fabricação de celulose, papel e produtos de papel (14,1%) e nos produtos alimentícios (3,4%). **Com o bom desempenho registrado na passagem de setembro para outubro (crescimento de 7,5%) a indústria de transformação capixaba superou o nível de produção registrado em fevereiro**.

Evolução do índice de produção da indústria geral, extrativa e de transformação do Espírito Santo, com ajuste sazonal – (Base: média de 2012 = 100)*



(*) Dados dessazonalizados pelo Ideies com base na nota técnica do IBGE

Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

Variação (%) da Produção Industrial, Espírito Santo – outubro de 2020

Setores e atividades	Out 2020 / Set 2020*	Out 2020 / Out 2019	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Indústria geral	-1,8	-7,6	-17,0	-18,3
Indústrias extrativas	-12,6	-33,9	-30,3	-31,1
Indústrias de transformação	7,5	13,6	-5,2	-6,5
Fabricação de produtos alimentícios	-1,1	10,3	3,4	5,0
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	41,8	58,6	14,1	1,9
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	2,4	10,9	-6,3	-4,4
Metalurgia	15,8	0,1	-19,4	-20,3

(*) Dados dessazonalizados pelo Ideies com base na nota técnica do IBGE

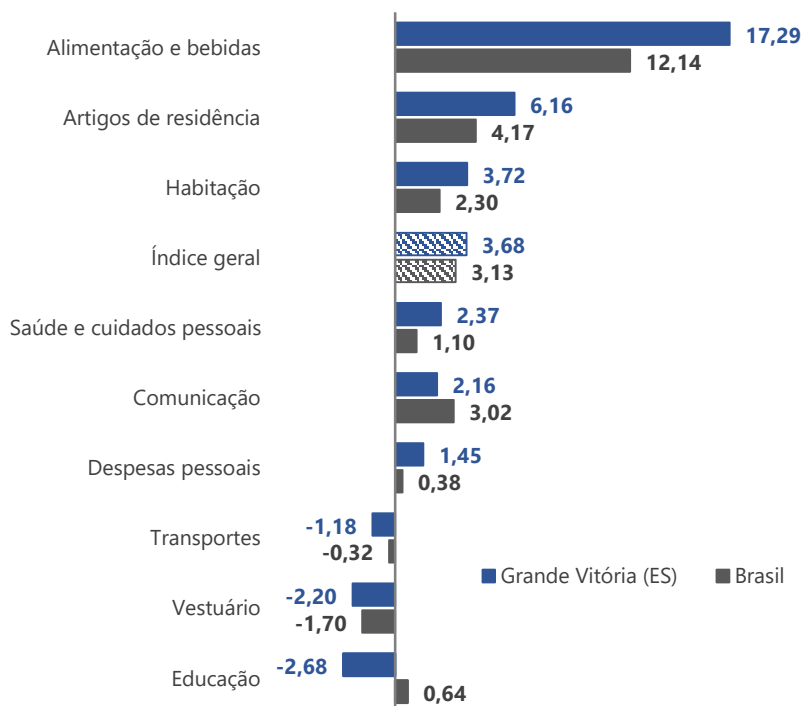
Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

Em relação aos últimos dados da inflação, o IPCA de novembro teve alta de 0,89% no Brasil e de 0,97% na Região Metropolitana da Grande Vitória. Foi a maior alta nacional para o mês desde 2015, e houve aumento em todas as 16 regiões pesquisadas pelo IBGE. **Quando considerada a inflação acumulada em 12 meses, o país atingiu 4,31% (acima da meta de inflação para 2020, de 4,00%) e a RMGV chegou a 4,56%.**

O grupo de produtos que teve o maior aumento no nível de preços no acumulado do ano é o de alimentação e bebidas. **De janeiro a novembro o IPCA destes produtos teve alta nacional de 17,29% e alta regional de 12,14%.** Os artigos de residência são outro grupo de produtos com crescimento dos preços acima do índice geral de inflação no ano, enquanto os grupos de transporte, vestuário e educação têm puxado para baixo o IPCA capixaba em 2020.

IPCA por grupos de produtos e serviços | Variação acumulada de janeiro a novembro de 2020 (%)



Fonte: IBGE.

Elaboração: Ideies/Findes.

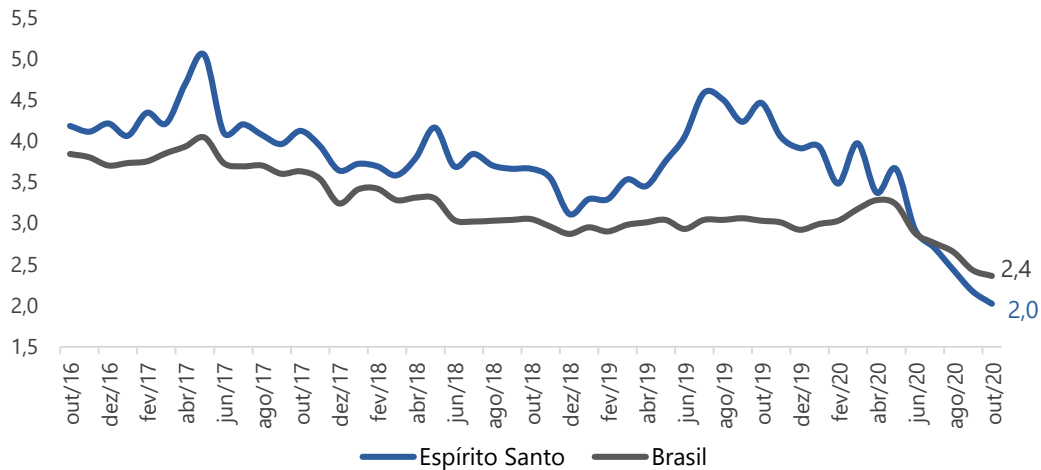
Apesar da pressão inflacionária mais forte no curto prazo, o Comitê de Política Monetária a classificou como um choque temporário e decidiu, na sua última reunião de 2020 concluída no dia 09 de dezembro, **pela manutenção da taxa Selic aos 2,00% a.a., como era esperado pelo mercado.**

Em relação aos juros no mercado, a taxa média nas operações de crédito do país em outubro ficou em 18,7% a.a., crescendo 0,6 p.p. no comparativo com setembro. No caso do spread médio brasileiro, houve alta de 0,3 p.p. no mês, fechando em 14,6 p.p. em outubro.

A taxa de inadimplência, por sua vez, seguiu em trajetória de queda no Espírito Santo, passando de 2,2% em setembro para 2,0% em outubro. No Brasil, a inadimplência se manteve em 2,4% no mês.

Os dados referentes ao mercado creditício ainda mostram que o saldo total da carteira de crédito no país cresceu 1,4% em outubro em relação ao mês anterior e 14,5% na comparação contra outubro de 2019. **No Espírito Santo também houve variação positiva nas duas bases de comparação, com crescimento mensal de 1,9% e interanual de 11,2%.**

Taxa de inadimplência da carteira de crédito - Espírito Santo e Brasil

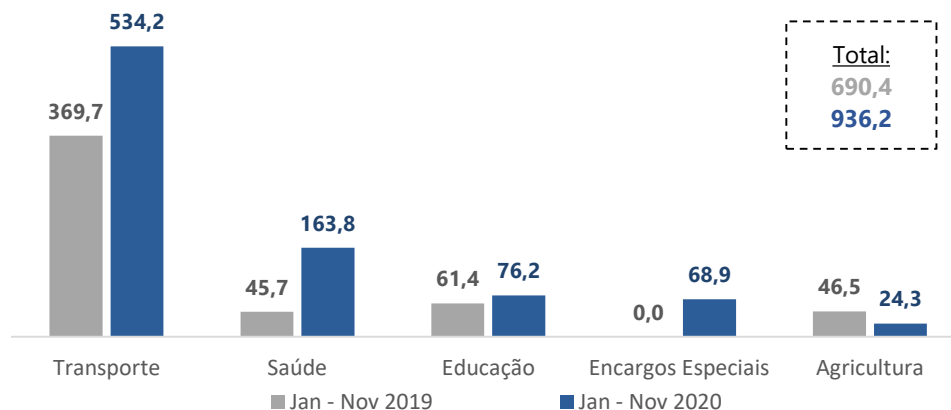


Fonte: Banco Central do Brasil.
Elaboração: Ideies / Findes.

Nas finanças públicas estaduais, os resultados acumulados entre janeiro e novembro de 2020 mostra que a receita total do governo capixaba alcançou R\$ 17,3 bilhões, número -6,1% menor do que o registrado no mesmo período do ano passado, já descontados os efeitos da inflação. Já as

despesas públicas, por sua vez, somaram R\$ 13,6 bilhões no acumulado do ano, avançando 0,9% em relação ao mesmo período de 2019. **Um dos destaques se dá na realização de investimentos, que cresceram 35,6% em relação ao mesmo período de 2019, totalizando R\$ 936,2 milhões.**

Principais Investimentos, por função (em R\$ milhões) - Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de novembro/2020
Nota 2: Despesas liquidadas
Fonte: Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Findes

1. Seção destaque – O ano de 2020 e as perspectivas para 2021

O ano de 2020 ficará marcado na história. São, aproximadamente, 70 milhões de pessoas que se contagiaram com a Covid-19 e 1,6 milhão de óbitos. A pandemia impôs um cenário inédito para quase todas as gerações vivas: relações sociais mais distanciadas em um mundo nunca antes tão globalizado e interligado.

Na economia não foi diferente. A tecnologia, a inovação, o modo de produzir e de consumir e as relações de trabalho ganharam novos impulsos a partir da adoção de medidas para tentar conter o espalhamento da Covid-19, como os lockdowns e o distanciamento social¹. Os países foram obrigados a se adequar para lidar com as condições impostas pela pandemia. Fazer previsões de longo prazo sobre esses temas, no entanto, é um grande desafio que demandará muitos estudos.

Mas, ao concentrar o olhar sobre o curto prazo, podemos refletir sobre os desafios e perspectivas para a economia mundial, nacional e capixaba no tão aguardado 2021.

O primeiro fato a ser apontado é que continuamos no cenário de pandemia e que boa parte dos desdobramentos do próximo ano ainda sofrerão forte influência dela. Desta forma, os assuntos mais importantes do curtíssimo prazo e que deverão se estender ao longo de 2021 serão o desenvolvimento das vacinas e a imunização efetiva da população mundial².

O mês de dezembro foi de boas notícias com a aprovação final e a liberação para aplicação de algumas vacinas e o início da imunização em países. O principal exemplo é o Reino Unido, que no dia 02 de dezembro anunciou a aprovação da vacina Pfizer/Biontech e no dia 08 de dezembro iniciou a aplicação, com prioridade para os mais idosos e os profissionais de saúde³. No dia 14 de dezembro foi a vez do Canadá e dos Estados Unidos iniciarem a vacinação com o mesmo produto, que também será aplicado em Israel a partir do dia 27 de dezembro. É esperado que neste final de ano e no começo de 2021 seja autorizado o uso deste e de outros imunizantes em outras nações.

No Brasil, foi apresentado pelo Ministério da Saúde um plano nacional de vacinação contra a Covid-19⁴ no último dia 12 de dezembro. Nele, há uma previsão de disponibilização de 108 milhões de doses para cerca de 51 milhões de pessoas de grupos prioritários a serem vacinados nas primeiras fases, cujas datas ainda não foram especificadas, mas são previstas para o primeiro semestre de 2021.

O mundo dependerá das vacinas para superar a Covid-19. É importante ressaltar que o início da vacinação não representa o fim da pandemia, havendo ainda um grande caminho a ser percorrido.

¹ O Distanciamento Social é uma medida voluntária incentivada por órgãos de saúde para que as pessoas respeitem uma distância mínima em relação às outras, de modo a diminuir o risco de contaminação pela doença que se propaga a partir de gotículas expelidas por um indivíduo contaminado. Eventualmente os órgãos de saúde podem impor medidas de distanciamento social a serem obrigatoriamente cumpridas em instituições públicas e privadas, como distância mínima entre as pessoas, limitação da lotação em locais fechados, alteração nos horários de funcionamento, dentre outros. Já o Lockdown é uma medida obrigatória decretada por governos que para interromper os fluxos de deslocamento das pessoas, a partir do fechamento completo de atividades e proibição de circulação nas ruas, exceto para atividades essenciais. Tanto as determinações de Distanciamento Social quanto os Lockdowns podem ter gradações diversas, o que foi observado nesta pandemia em diferentes países e mesmo nos níveis subnacionais no Brasil, com regras similares, mas com distintos níveis de restrições. Veja mais sobre os conceitos na página da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp): <https://www.telessaude.unifesp.br/index.php/dno/redes-sociais/216-o-que-sao-o-distanciamento-isolamento-quarentena-e-o-lockdown>

² O jornal americano The New York Times disponibiliza um site especial de acompanhamento da situação de desenvolvimento e de aplicação das vacinas contra o coronavírus, com atualizações constantes. Veja em: <https://www.nytimes.com/interactive/2020/science/coronavirus-vaccine-tracker.html>

³ Veja mais sobre o início da vacinação contra a Covid-19 no Reino Unido: <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2020/12/08/idosa-de-90-anos-e-a-primeira-a-ser-vacinada-contr-covid-no-reino-unido.ghtml>

⁴ Veja reportagem com análise sobre os pontos do Plano em: <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2020/12/13/plano-nacional-de-vacinacao-contr-a-covid-19-ponto-a-ponto.ghtml>

A produção das muitas bilhões de doses necessárias e a adequada logística e aplicação da vacina em todo o mundo são desafios que deverão perdurar por todo 2021. Mas as últimas notícias sobre o assunto são animadoras para os próximos meses e deverão ajudar a recuperar a confiança dos agentes econômicos, a diminuir a necessidade de novos lockdowns ou de redução de atividades econômicas e a reestabelecer maiores níveis de produção.

Outro fator importante para a ordem econômica mundial em 2021 será a presidência dos Estados Unidos, que no próximo dia 20 de janeiro mudará das mãos do republicano Donald Trump para as do democrata Joe Biden.

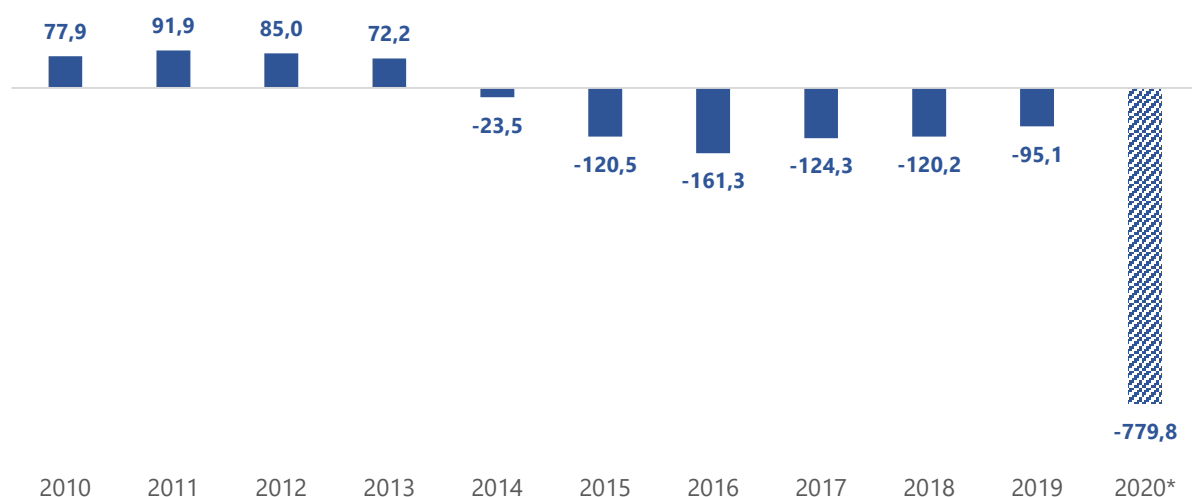
Nos planos do novo presidente americano estão o enfrentamento mais contundente à Covid-19 e estímulos econômicos para a retomada econômica. No campo das relações exteriores é esperado um comportamento menos beligerante por parte dos Estados Unidos, com apostas no multilateralismo e no protagonismo norte-americano em temas como o meio ambiente, a igualdade racial e a

imigração, tendo em vista o perfil e a experiência diplomática de Joe Biden enquanto senador e vice-presidente⁵.

Entrando na análise de curto prazo para o Brasil, destaca-se que a grave crise sanitária e social que surgiu em 2020 ensejou forte atuação do Estado para amparar as famílias e as empresas. Isso foi fundamental para o enfrentamento das dificuldades causadas pela pandemia, mas, naturalmente, teve altíssimo custo⁶, pressionando ainda mais a condição fiscal do país, já bastante delicada.

A trajetória de redução do déficit primário que vinha ocorrendo desde 2016 sofrerá grande revés em 2020, quando o resultado deverá ser de -R\$ 779,8 bilhões (equivalente a 10,9% do PIB), segundo cenário-base previsto pela Instituição Fiscal Independente (IFI) em seu Relatório de Acompanhamento Fiscal de novembro de 2020⁷.

Gráfico 1 - Resultado Primário do Governo Central e previsão para 2020 (valores correntes em R\$ bilhões)



(*) Valor previsto pela IFI em novembro de 2020

Fonte: Tesouro Nacional e IFI (previsão)

Elaboração: Ideies/Findes

⁵ Veja mais aspectos em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,o-que-esperar-de-joe-biden-presidente-dos-eua-em-10-areas.70003505325>

⁶ Em relação à ajuda financeira da União aos entes subnacionais, há um debate posto sobre um eventual excesso praticado: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/uma-ajuda-muito-alem-do-imaginado.ghtml>

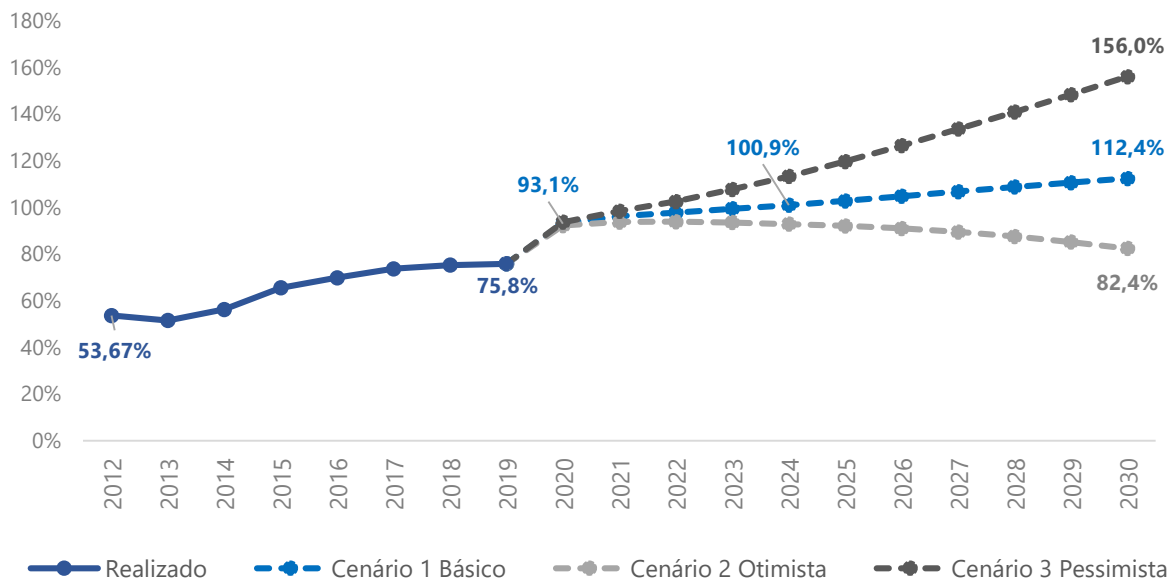
⁷ Confira o relatório da IFI em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/579879/RAF46_NOV2020.pdf

Junto com o grande déficit primário de 2020 virá um substancial aumento no endividamento público.

A previsão do cenário-base da IFI é que a Dívida Bruta do

Governo Geral (DBGG) alcance 93,1% do PIB em 2020, crescimento de 17,3 p.p. em comparação à dívida do final de 2019. E mantidas as previsões de novos déficits fiscais para os próximos anos, em 2024 a DBGG deverá ultrapassar os 100% do PIB.

Gráfico 2 – Dívida Bruta do Governo Geral e previsões para os próximos anos (em % do PIB)



Fonte: Tesouro Nacional e IFI (previsões)
Elaboração: IFI

O desafio fiscal em âmbito federal é enorme, com as contas públicas muito pressionadas e em 2021 que deverá ser delicado em âmbito social, com crescimento do desemprego e o risco de ocorrer o que foi chamado de "desigualdade

em V", pelo economista Pedro Nery⁸. Ou seja, o cenário de dívida alta, rigidez orçamentária⁹ e fragilidade social¹⁰ deverá causar pressões sobre o teto de gastos¹¹, hoje a principal âncora fiscal do país.

⁸ Confira o texto completo em: <https://estadodaarte.estadao.com.br/desigualdade-v-pedro-nerly/>

⁹ A questão da rigidez orçamentária também tem se agravado, com as despesas obrigatórias crescendo cada vez mais e reduzindo o espaço das despesas discricionárias, onde se incluem, por exemplo, os investimentos públicos. Segundo dados da IFI para os períodos de janeiro a outubro, em 2018 as despesas discricionárias do Governo Federal representavam 8,7% da despesa total, em 2019 passaram para 7,3% e em 2020 chegaram a 4,8%.

¹⁰ O fim do auxílio emergencial no início de 2021 irá reduzir a renda disponível das famílias, tornando-as mais vulneráveis, além de impactar as atividades, principalmente as do comércio, que tiveram boa recuperação na reta final de 2020, impulsionados pelo aumento do poder de compra injetado pelos auxílios federais.

¹¹ Sobre o teto de gastos há uma questão adicional que agrava a sua execução em 2021: o descasamento entre os índices de inflação que corrigem o salário mínimo e as despesas obrigatórias (INPC acumulado do ano) e o que corrige o limite anual do teto de gastos (IPCA acumulado em 12 meses até junho do exercício anterior). Na prática, para o orçamento de 2021 o teto será corrigido por um IPCA de 2,13%, acumulado até junho de 2020, enquanto o INPC poderá passar dos 5,0% no encerramento de 2020. Dessa forma, a correção das despesas obrigatórias será maior do que a "folga" proporcionada pela atualização do teto de gastos, deixando-o mais apertado do que antes. A boa notícia fica para o teto de gastos de 2022, quando a lógica tende a se inverter, com o IPCA acumulado até o meio de 2021 ficando acima do INPC do ano fechado, o que deverá ampliar a folga causada pela correção do teto. Veja mais sobre o assunto em: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/o-novo-problema-no-teto-de-gastos.ghtml>

Vale ressaltar que o cenário fiscal tem um dificultador adicional dado o atraso na votação do orçamento do próximo ano. A Lei de Diretrizes Orçamentárias foi votada e aprovada apenas no dia 16 de dezembro no Congresso, enquanto a Lei Orçamentária Anual só deverá ser apreciada em fevereiro ou em março de 2021¹².

Esse é mais um exemplo que reforça como o ano de 2020 impulsionou os índices de incertezas política e fiscal no Brasil.

Segundo abordagem feita por economistas do IBRE/FGV¹³, entre 2010 e 2015 o país teve a incerteza fiscal em níveis acima da incerteza política, o que depois se inverteu entre 2016 e 2019. Em 2020, com a pandemia, ambos os indicadores dispararam, mas a incerteza política conseguiu ser melhor assentada com o encaminhamento das pautas emergenciais de enfrentamento da pandemia e com uma melhoria na relação entre o Governo Federal e o Congresso Nacional. No entanto, a incerteza fiscal segue em um dos patamares mais altos da história.

O enfrentamento destes desafios fiscais passa por uma agenda bastante difundida: a de reformas estruturantes.

As mais urgentes, como a PEC Emergencial¹⁴, pretendem ajustar mecanismos para o controle de despesas e melhor manejo do orçamento, considerando as regras fiscais em vigor. Outras, de impacto em prazo mais longos, como a reforma administrativa e a reforma tributária, dependem de mais diálogo e melhor capacidade de coordenação por parte do Governo Federal para serem votadas e aprovadas.

Especificamente em relação à reforma tributária, a PEC nº 45/2019 aparenta ser a de maior consenso entre as forças políticas para ser votada na Câmara dos Deputados. A proposta, elaborada durante muitos anos pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), liderado pelo economista Bernard

Appy, prevê a unificação de cinco tributos atuais em um único imposto sobre bens e serviços, do tipo IVA (imposto sobre valor agregado), com um tempo de transição que permita equilibrar interesses e reduzir resistências tão comuns em propostas anteriores.

Tais reformas desempenharão papel central no destravamento da economia brasileira, ajudando a aumentar sua competitividade e produtividade e ampliando o potencial de crescimento do país¹⁵.

A previsão de crescimento do PIB de -4,41% em 2020, segundo o Boletim Focus divulgado no dia 14/12, fará com que a década de 2011-2020 seja a verdadeira década perdida da economia brasileira, com uma taxa média de crescimento anual de apenas 0,2%, muito inferior à de 1,6% registrada na década de 1980¹⁶.

Ainda no curto prazo, olhando para as projeções de crescimento de 2021, o Boletim Focus estima uma recuperação de 3,5% enquanto a LCA Consultores prevê que o PIB brasileiro tenha alta de 3,2% no próximo ano¹⁷.

Não muito distante deste cenário, os estados também encaram desafios parecidos. Além de dependerem muito da conjuntura econômica nacional, os entes federados passam por alguns dos mesmos graves problemas enfrentados no plano federal, como o alto comprometimento de gastos com pessoal, a pressão das despesas previdenciárias, a baixa capacidade de investimento, dentre outros.

Esses limitadores ensejam um urgente olhar dos gestores estaduais e municipais para reformas estruturantes nos seus níveis subnacionais, como reformas previdenciárias – quando se aplicarem – e reformas administrativas.

¹² Saiba mais em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/12/16/deputados-aprovam-texto-base-do-projeto-que-traca-diretrizes-para-o-orcamento-2021.ghtml>

¹³ Leia a análise em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/incertezas-politicas-e-fiscais-coadjuvantes-importantes-da-incerteza-brasileira-em-2020>

¹⁴ Saiba mais em: <https://www.infomoney.com.br/politica/nova-versao-da-pec-emergencial-preve-gatilhos-fiscais-extincao-de-fundos-publicos-e-corte-de-subsidios/>

¹⁵ O recente estudo da OCDE, denominado “Retrato Econômico do Brasil” explora alguns destes pontos, como a eficiência dos gastos públicos e o aumento da produtividade. Veja mais em: <http://www.oecd.org/economy/retrato-economico-do-brasil/>

¹⁶ Veja mais sobre a discussão da década perdida da economia brasileira no texto da seção destaque do Boletim Econômico Capixaba do último mês de maio: https://portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/623/original/Boletim_Maio_2020.pdf?1591052132

¹⁷ O último Relatório de Inflação do Banco Central em 2020, divulgado em 17 de dezembro, traz previsões de retração de -4,4% do PIB em 2020 e alta de 3,8% em 2021. Confira mais informações e análises do Banco Central acessando a íntegra do relatório: <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202012/ri202012p.pdf>

O Espírito Santo aproveitou a boa condição fiscal acumulada nos últimos anos e não comprometeu as contas públicas durante a crise ocasionada pela pandemia.

Mesmo com queda nas receitas, houve crescimento dos gastos com saúde e com assistência social, que possibilitou, por exemplo, a ampliação da capacidade de leitos de enfermagem e de UTI para tratamento da Covid-19 no estado, além do aumento do número de profissionais de saúde e da compra dos materiais e insumos necessários. No último dia 08 também foi noticiado que o Governo do Estado avalia a possibilidade de investir recursos próprios para comprar doses da vacina da Pfizer, caso as tratativas do Governo Federal não caminhem como o esperado¹⁸.

O Espírito Santo também colocou em prática a sua característica de fazer planejamentos e congrega forças para enfrentar os desafios, que serão muitos no momento pós-pandemia.

O governo estadual, em parceria com a Findes, o Sebrae e o Espírito Santo em Ação lançou o Plano Espírito Santo – Convivência Consciente¹⁹, que consiste em um conjunto de ações envolvendo órgãos do poder público e do setor produtivo para promover o desenvolvimento econômico na busca pela retomada do crescimento. O Plano estima investimentos de cerca de R\$ 32 bilhões até 2022, gerando 100 mil empregos.

Outro ponto que poderá ser positivo para o Espírito Santo em 2021 é a expectativa por um ano com grande liquidez internacional e um novo ciclo de alta das commodities²⁰, categoria de produtos em que o estado se destaca, com a produção de petróleo, pelotas de minério de ferro e café, por exemplo.

Ainda no tema das commodities, outra perspectiva positiva para o estado é a volta das operações da Samarco. A empresa, que teve suas atividades paralisadas em novem-

bro de 2015, iniciou neste mês o processo de retomada operacional em Mariana (MG) e deverá, possivelmente ainda em dezembro, recomeçar a produção de pelotas de minério de ferro no Complexo de Ubu, em Anchieta (ES)²¹.

Por fim, mas não menos importante, o desafio de 2021 também se mostra relevante para os municípios capixabas e de todo o Brasil.

Os prefeitos eleitos em novembro assumirão seus mandatos a partir de 1º de janeiro e tendem a receber as suas cidades (principalmente no caso das de maior porte) com patamar de arrecadação inferior ao dos anos anteriores, mas sem o grande volume de transferências recebidas em 2020 - em função da pandemia - que ajudou a equilibrar as contas e que não deve se repetir nos próximos anos²².

Como mostra o gráfico 3, no início de 2020 houve uma tendência de perda de dinamismo tanto nas receitas tributárias dos municípios capixabas, quanto no recebimento de transferências correntes. No entanto, a partir de maio as transferências inverteram o rumo e passaram a crescer, graças aos recebimentos de auxílios de enfrentamento à pandemia repassados, sobretudo, pelo Governo Federal. Isso foi de grande valia para manter as condições financeiras dos municípios em 2020.

Esse é um fato de alerta para os próximos prefeitos, visto que 2021 poderá representar o verdadeiro ano da crise financeira em âmbito municipal, adiado em 2020 em função das transferências da União²³.

Assim como nos casos dos estados, deverá emergir com ainda mais força a importância das reformas que permitam melhorar a alocação de gastos públicos, muito concentrados em pessoal e em previdência, restando pouca capacidade de investimento para as cidades.

¹⁸ Veja em: <https://es360.com.br/espírito-santo-avalia-compra-de-6-milhoes-de-doses-de-vacina-da-pfizer/>

¹⁹ Veja detalhes do Plano no Box especial na edição de novembro do Boletim Econômico Capixaba: https://portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/884/original/Boletim-Novembro_2020.pdf?1606967425

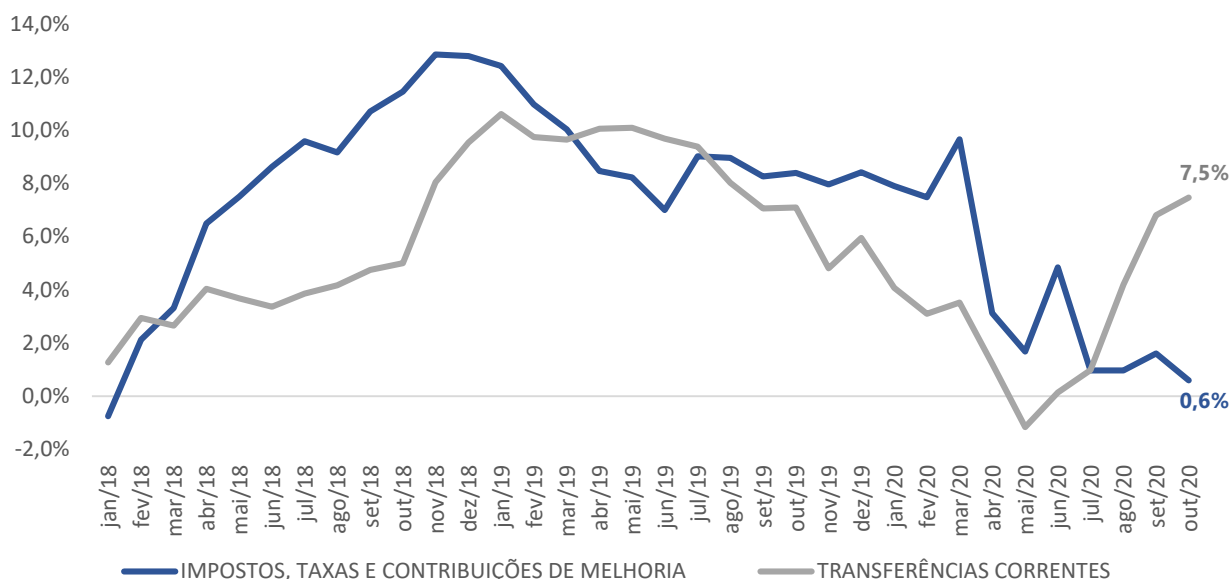
²⁰ Leia mais em: <https://braziljournal.com/a-liquidez-internacional-vem-ai-o-brasil-vai-conseguir-surfar>

²¹ Veja mais sobre a volta das operações da Samarco em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/samarco-retoma-operacao-em-mg-e-volta-a-produzir-no-es-no-fim-do-mes-1220>

²² Veja texto sobre o assunto em: https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/contas-que-os-prefeitos-verao.html?utm_source=aplicativoOGlobo&utm_medium=aplicativo&utm_campaign=compartilhar

²³ Veja no anexo ao final desta edição do Boletim os gráficos sobre a evolução recente das receitas tributárias e das transferências correntes das 10 maiores cidades do Espírito Santo, bem como um link de acesso para os dados referentes a 77 cidades do estado (a única exceção é Marataizes, que não havia enviado as informações de 2020 para a base de dados do Tribunal de Contas do ES).

Gráfico 3 - Variação % da receita acumulada em 12 meses do total dos municípios do Espírito Santo* (comparação contra o mesmo período do ano anterior)



(*) por não constar o envio dos dados referentes a 2020, a cidade de Marataizes foi excluída do cálculo.

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Elaboração: Ideies / Findes

Os desafios postos para 2021 em todo o mundo passam, necessariamente, pela superação da pandemia e pela recuperação da confiança das pessoas e dos agentes econômicos para uma retomada à normalidade, no que se refere às relações sociais, profissionais, de consumo e de produção.

Paralelamente a isso, está claro que, especialmente no caso brasileiro, o enfrentamento dos desafios que já estavam postos antes da pandemia se mostrará ainda mais urgente e importante para possibilitar uma reorganização

de curto prazo e um impulso, em médio e longo prazo, para a economia nacional voltar a crescer de forma mais sustentada e duradoura por meio de reformas estruturantes.

O Espírito Santo tem a chance de sair na frente mais uma vez, dada a sua boa situação fiscal e seus indicadores sociais favoráveis, que aliados à capacidade de planejamento e coordenação das iniciativas locais poderão impulsionar uma retomada econômica mais forte e mais rápida do que a média do país.

2. Atividade Econômica

Em dezembro foram divulgados os indicadores do desempenho econômico do Brasil e dos estados referentes ao 3º trimestre do ano, período de retomada das atividades econômicas. Devido à flexibilização das medidas de distanciamento social, os indicadores apresentaram recuperação em relação ao 2º trimestre, momento de maior impacto da crise provocada pela pandemia. Contudo, em relação ao mesmo trimestre do ano passado, os índices apontam que determinadas atividades ainda não recuperaram o nível pré-pandemia.

O PIB do Brasil totalizou R\$ 1,9 trilhão no 3º trimestre e avançou 7,7% em relação ao 2º trimestre, na série livre de efeitos sazonais. Nesta base de comparação, a agropecuária variou -0,5%, a indústria e os serviços cresceram 14,8% e 6,3%, respectivamente.

Com relação ao mesmo período do ano anterior, o PIB nacional caiu -3,9%, terceiro resultado negativo nesta comparação. Este desempenho foi influenciado pelas

quedas de -4,8% do setor de serviços e de -0,9% da indústria, ao passo que a agropecuária variou 0,4%.

Para o Espírito Santo, a estimativa do PIB medida pelo IAE-Findes (Indicador de Atividade do Espírito Santo)²⁴ mostrou que a economia capixaba avançou 9,5% na passagem do 2º para o 3º trimestre, com o ajuste sazonal.

A retomada gradual das atividades no estado, assim como no restante do país e do mundo, propiciou a recuperação

dos setores da economia. O setor de serviços, que representa 54,0% da economia capixaba e foi um dos mais afetados pela pandemia, avançou 7,9% na passagem do 2º trimestre para o 3º trimestre e respondeu por 3,5 p.p. do IAE-Findes. A indústria cresceu 19,1% no período e contribuiu com 4,9 p.p. do índice geral. A agropecuária, por sua vez, variou 0,1% e não impactou o índice.

No entanto, no 3º trimestre a economia capixaba ficou -4,3% abaixo do verificado no mesmo trimestre do ano passado, influenciada pelos resultados negativos em todas as atividades econômicas.

Tabela 1 – Variação (%) dos indicadores de atividade econômica – 3º trimestre de 2020

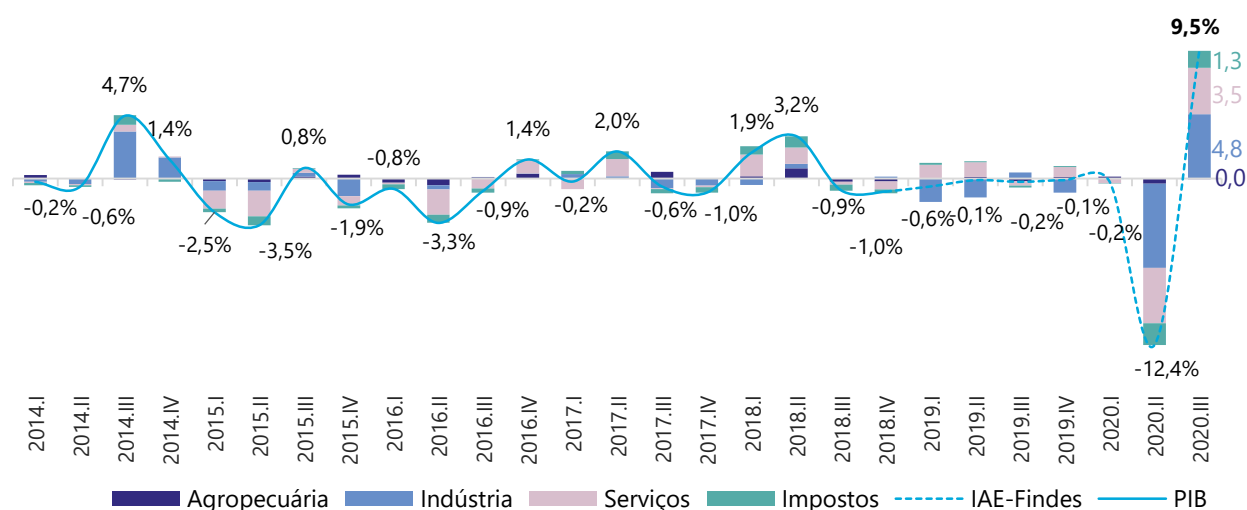
Taxas (%)	Espírito Santo				Brasil			
	IAE-Findes	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços
3º trim. 2020 / 2º trim. 2020 *	9,5	0,1	19,1	7,9	7,7	-0,5	14,8	6,3
3º trim. 2020 / 3º trim. 2019	-4,3	-6,7	-14,2	-2,1	-3,9	0,4	-0,9	-4,8
Acumulado no ano	-6,0	-7,8	-16,4	-3,2	-5,0	2,4	-5,1	-5,3
Últimos 4 trim. / 4 trim. anteriores	-4,8	-7,1	-16,2	-1,9	-3,4	1,8	-3,5	-3,5

(*) Com ajuste sazonal.

Fonte: IAE-Findes e SCNT-IBGE.

Elaboração: Ideies/Findes.

Gráfico 4 – Taxa de variação trimestral do PIB/IAE-Findes* do ES (%) e composição setorial (p.p.). Base: trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)



(*) Os dados até 2018 se referem aos valores do PIB calculado pelo IJSN e de 2019 em diante são estimados pelo IAE-Findes.

Fonte: SCR-IBGE; Ideies.

Elaboração: Ideies/Findes

Considerando os dados conjunturais mais recentes, referentes a outubro, as pesquisas do IBGE e do Banco Central apontam para a continuidade da recuperação da atividade econômica no início do 4º trimestre. O Indicador de Atividade Econômica para o país e os estados (IBC-Br e IBCR), estimado pelo Banco Central e que é interpretado como uma prévia do PIB, avançou 0,86% no Brasil e 1,33% no Espírito Santo na passagem de setembro para outubro. Em comparação com outubro do ano passado, o indicador recuou -2,61% a nível nacional e permaneceu praticamente estável no estado (-0,04%).

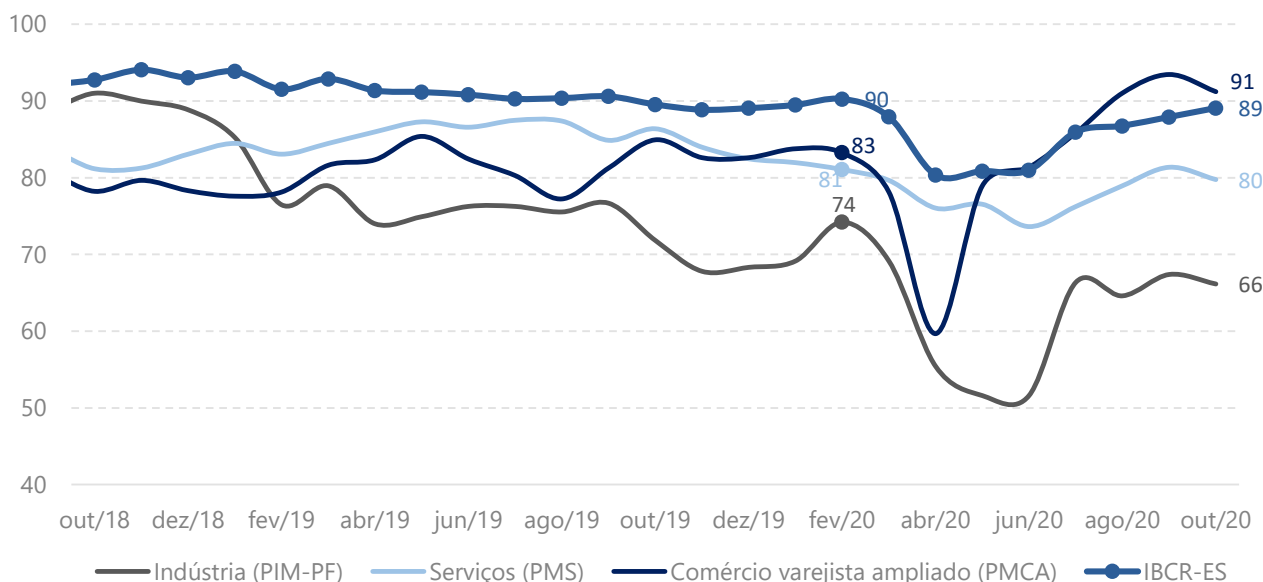
Embora ainda não tenha atingido o patamar anterior à pandemia, referente a janeiro e fevereiro últimos, o IBCR-ES apresentou o sexto crescimento consecutivo em outubro, indicando retomada gradual da economia capixaba.

Em outubro, na comparação com setembro, a produção

física da indústria nacional, o volume de vendas no comércio varejista ampliado e o volume de serviços no país avançaram 1,1%, 2,1% e 1,7%, respectivamente. Em comparação com o mesmo mês do ano passado os crescimentos foram de 0,3% na indústria e 6,0% no comércio e recuo de -7,5% nos serviços. No acumulado do ano, os setores registram quedas de -5,6% para a indústria, -1,4% para o comércio e -8,7% para os serviços.

No Espírito Santo, o comércio varejista ampliado, apesar da queda de -2,4% na passagem de setembro para outubro, apresentou crescimentos de 8,8% em relação a outubro de 2019 e 2,7% no acumulado do ano. A produção industrial recuou em todas as bases de comparação, apesar do bom desempenho da indústria de transformação. O setor de serviços também apresentou variações negativas em todas as bases de comparação, em decorrência dos recuos em todas as atividades desse setor, com destaque para os serviços prestados às famílias.

Gráfico 5 – Índices mensais de atividades da economia, Espírito Santo – com ajuste sazonal (dez/2012 = 100)



Fonte: Banco Central do Brasil e IBGE
Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 2 – Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Out 2020 / Set 2020 ¹	Out 2020 / Out 2019	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	0,86	-2,61	-4,92	-3,93
Índice de atividade econômica regional ES	1,33	-0,04	-5,58	-5,50
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	1,1	0,3	-6,3	-5,6
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	-1,8	-7,6	-17,0	-18,3
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	0,9	8,3	0,9	1,3
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	0,4	13,0	3,6	3,6
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - Brasil	2,1	6,0	-2,6	-1,4
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - ES	-2,4	8,8	2,7	3,2
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	1,7	-7,4	-8,7	-6,8
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	-2,0	-7,2	-8,2	-6,5

¹ Valores com ajuste sazonal

² Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Elaboração: Ideies / Findes

3. Desempenho Industrial

De acordo as informações disponibilizadas pela PIM-PF do IBGE, a produção física da indústria do Brasil recuou -6,3% no acumulado de janeiro a outubro de 2020, frente ao mesmo período de 2019. Esse resultado foi influenciado pela menor produção na indústria de transformação (-6,8%) e na extrativa (-2,8%).

Na comparação de outubro de 2020 contra igual mês de 2019, a indústria nacional avançou 0,3%, puxada pelo crescimento da fabricação de bens intermediários (3,2%) e bens de capital (2,1%).

Tabela 3 – Variação (%) da Produção Industrial, Brasil – outubro 2020

Setores e categorias	Out 2020/ Set 2020*	Out 2020/ Out 2019	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Indústria geral	1,1	0,3	-6,3	-5,6
Indústrias extrativas	-2,4	-6,0	-2,8	-4,3
Indústrias de transformação	1,2	1,1	-6,8	-5,7
Bens de Capital	7,0	2,1	-15,6	-13,9
Bens Intermediários	-0,2	3,2	-2,4	-2,4
Bens de Consumo	0,7	-4,5	-11,0	-9,1
Bens de consumo duráveis	1,4	-8,3	-24,6	-20,7
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	-0,1	-3,4	-7,1	-5,8
Bens não especificados anteriormente	-	-18,7	-19,3	-17,0

(*) Dados dessazonalizados

Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

Na passagem de setembro para outubro, a indústria do país cresceu 1,1%, na série com ajuste sazonal, sexta expansão consecutiva nessa base de comparação. Com esse resultado, o nível de produção se encontra 1,4% acima do patamar de fevereiro (pré-pandemia).

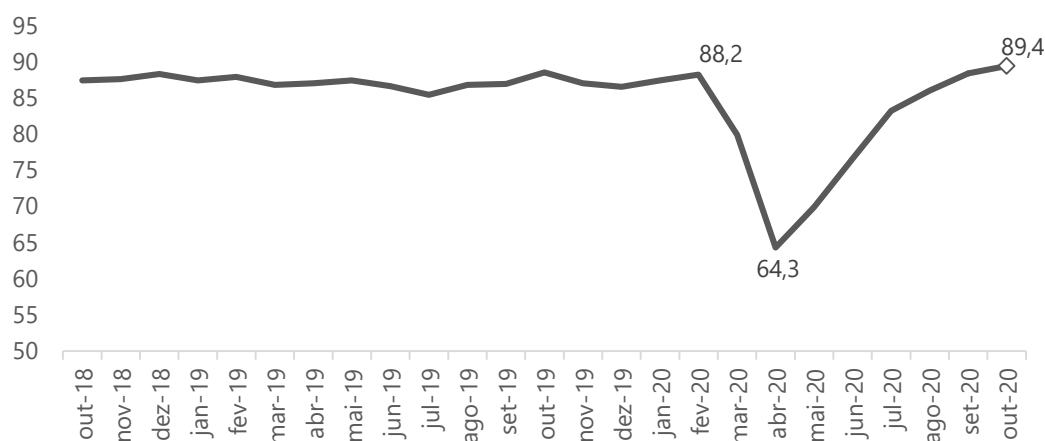
Dessa forma, após os impactos das medidas de distanciamento social iniciadas em março, o setor industrial apresentou uma recuperação "V" (gráfico 6). Além da flexibilização dessas medidas, o resultado também é decorrente da melhora da demanda por bens industriais no mercado doméstico, em função dos auxílios emergenciais

do governo federal, e no mercado externo que estimularam o aumento da produção do setor.

Essa descompressão da demanda e a rápida recuperação dificultou o acesso de indústrias de bens finais a diversos insumos, tais como: papelão; plástico; resina; cimento; aço; alumínio; entre outros. Especialistas apontam que essa dificuldade decorre do descompasso entre a recuperação da produção e a capacidade dos fornecedores em atender aos pedidos²⁵. No período de retomada, esse descasa-

mento entre a oferta e a demanda ocorreu porque as empresas industriais estavam em processo de recomposição de estoques das principais matérias primas, que reduziram durante os meses de medidas restritivas de distanciamento social²⁶, ao passo que as produções desses bens ainda não haviam sido completamente restabelecidas. Além disso, a desvalorização cambial estimulou a venda externa dos insumos industriais e encareceu a compra no mercado externo, que limitou ainda mais a disponibilidade dos insumos no país.

Gráfico 6 – Evolução do índice de produção da indústria geral do Brasil, com ajuste sazonal (Base: média de 2012 = 100)*



(*) Dados dessazonalizados pelo Ideies com base na nota técnica do IBGE

Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

No Espírito Santo, a indústria geral acumula queda de -17,0% entre janeiro a outubro de 2020. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pela redução de -30,3% na indústria extrativa, pressionada pela menor produção de petróleo, gás natural e pelotas de minério de ferro. A

indústria de transformação também obteve uma variação negativa (-5,2%), puxada pela metalurgia (-19,4%), mas o resultado foi contrabalanceado pelas expansões nas atividades de fabricação de celulose, papel e produtos de papel (14,1%) e nos produtos alimentícios (3,4%).

Tabela 4 – Variação (%) da Produção Industrial, Espírito Santo – outubro de 2020

Setores e atividades	Out 2020/ Set 2020*	Out 2020/ Out 2019	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Indústria geral	-1,8	-7,6	-17,0	-18,3
Indústrias extrativas	-12,6	-33,9	-30,3	-31,1
Indústrias de transformação	7,5	13,6	-5,2	-6,5
Fabricação de produtos alimentícios	-1,1	10,3	3,4	5,0
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	41,8	58,6	14,1	1,9
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	2,4	10,9	-6,3	-4,4
Metalurgia	15,8	0,1	-19,4	-20,3

(*) Dados dessazonalizados pelo Ideies com base na nota técnica do IBGE

Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

²⁵ Saiba mais em: <https://bit.ly/37VNEC8>

²⁶ Em certos estados do país houve restrições à atividade industrial. Além disso, devido a redução da demanda, as indústrias optaram por reduzir os níveis estoques. Veja mais em: <https://bit.ly/37RaJWE>

Em relação a outubro de 2019, a indústria capixaba retraiu -7,6%, resultado novamente puxado pela menor produção da indústria extrativa (-33,9%). Nem mesmo a expansão de 13,6% na indústria de transformação foi suficiente para reverter a queda no indicador geral.

Todas as atividades da indústria de transformação tiveram uma variação positiva nessa base de comparação. A maior expansão foi na fabricação de celulose, papel e produtos de papel (58,6%), setor que vem sendo beneficiado pelo aquecimento da demanda mundial por papéis de imprimir e sanitários. A fabricação de produtos de minerais não-metálicos cresceu 10,9%, puxado pela produção de granito talhado ou serrado, cimentos "portland" e ladrilhos, placas e azulejos de cerâmica. Outro destaque positivo foi o aumento de 10,3% na fabricação de produtos alimentícios,

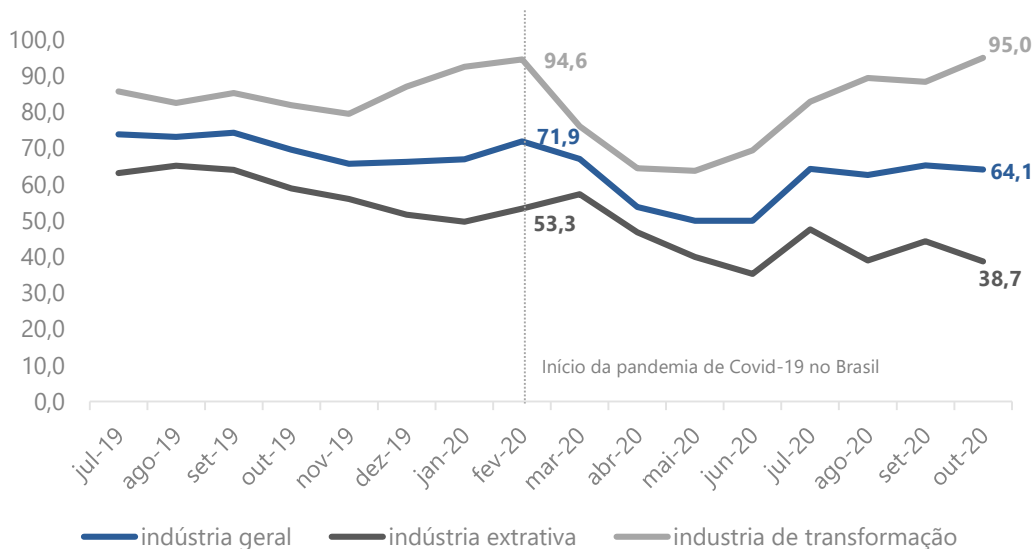
influenciado pelos produtos bombons e chocolates com cacau e açúcar cristal.

Na passagem de setembro para outubro deste ano, o desempenho da indústria retraiu -1,8%, influenciada pela queda na indústria extrativa (-12,6%).

Já a indústria de transformação avançou 7,5%, puxada pela maior produção na fabricação de celulose, papel e produtos de papel (41,8%), metalurgia (15,8%) e fabricação de produtos de minerais não-metálicos (2,4%).

Com esse resultado, a indústria de transformação capixaba retomou os patamares anteriores a pandemia. O nível produtivo da indústria de transformação ficou 0,4% acima do verificado em fevereiro, registrado uma recuperação em forma de "V".

Gráfico 7 – Evolução do índice de produção da indústria geral, extrativa e de transformação do Espírito Santo, com ajuste sazonal – (Base: média de 2012 = 100)*



(*) Dados dessazonalizados pelo Ideies com base na nota técnica do IBGE

Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

Em relação à produção de petróleo e gás natural, importante atividade da indústria extrativa capixaba, o Espírito Santo totalizou 302,8 mil boe/d em novembro de 2020, quantidade -0,3% menor que a registrada no mês anterior, de acordo com os dados da ANP.

Apenas a produção de petróleo (-0,5%) recuou nessa passagem de mês, enquanto a de gás natural aumentou em 0,9%. No Brasil, a queda da extração de P&G foi de -3,8%.

Tabela 5 - Variação (%) e produção de petróleo e gás natural, Brasil e Espírito Santo – novembro de 2020

	Brasil			Espírito Santo		
	Gás Natural (Mm ³ /d)	Petróleo (bbl/d)	Total (boe/d)	Gás Natural (Mm ³ /d)	Petróleo (bbl/d)	Total (boe/d)
Produção	126.398	2.754.547	3.549.566	6.918	259.284	302.794
Variação (%) - acumulada no ano	5,3%	7,3%	6,9%	-13,2%	-13,0%	-13,0%
Variação (%) - nov.2020 / nov.2019	-7,5%	-10,9%	-10,1%	-10,5%	-18,2%	-17,1%
Variação (%) - nov.2020 / out.2020	-2,8%	-4,1%	-3,8%	0,9%	-0,5%	-0,3%

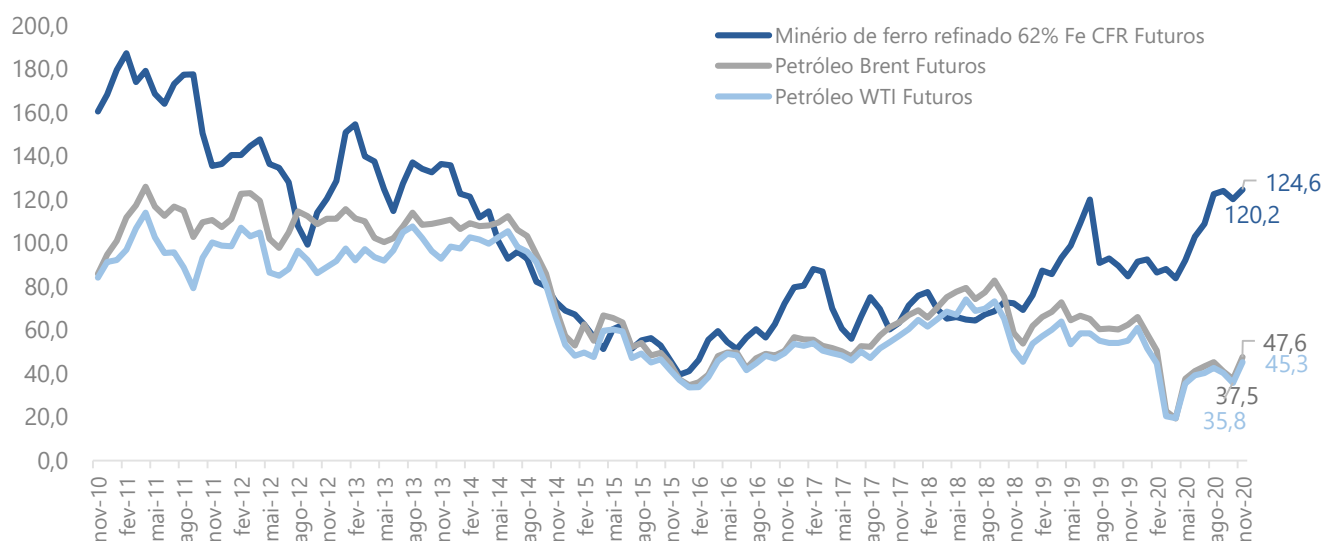
Fonte: ANP

Elaboração: Ideies / Findes

Após um período de incertezas provocadas pelo aumento dos casos de pessoas contaminadas com a Covid-19 nos Estados Unidos e na Europa, os preços das *commodities* voltaram a crescer na passagem de outubro para novembro.

Os contratos futuros de barril de petróleo Brent e WTI avançaram, respectivamente, 27,0% e 26,7%. Neste período, a cotação de minério de ferro aumentou 3,7% e a de bobina de aço avançou 14,4%²⁷.

Gráfico 8 – Evolução mensal das cotações do petróleo, Brent e WTI, e do minério de ferro



Fonte: Investing.com

Elaboração: Ideies / Findes

Em relação às exportações, no acumulado de janeiro a novembro de 2020, os valores das vendas externas da indústria do Espírito Santo retraíram em -US\$ 3,6 bilhões, frente ao mesmo período do ano anterior. Ao desconsiderar a exportação ficta²⁸, sob o regime *repetro-sped*²⁹, da plataforma de petróleo, a queda foi de -US\$ 2,1 bilhão.

Apenas na passagem de outubro para novembro, houve

uma redução de US\$ 75,0 milhões no valor exportado e de -44,8% na quantidade exportada pela indústria capixaba. Esse resultado foi influenciado pela redução das vendas externas nas atividades de extração de minerais metálicos (-US\$ 88,5 milhões), extração de minerais não-metálicos (-US\$ 3,6 milhões) e fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (-US\$ 2,4 milhões).

²⁷ A cotação saiu de US\$ 699,0 em outubro para US\$ 800,0 em novembro.

²⁸ Operação contábil de venda de produtos nacionais a empresas sediadas no exterior sem que o bem saia do território nacional.

²⁹ Trata-se de um regime aduaneiro especial computa como exportação todos os produtos da indústria de petróleo e gás, chamados de "repetráveis", para isenta-los do pagamento de tributos federais e estaduais. Saiba mais em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/ultimas-noticias/3423-nota-sobre-efeitos-do-repetro-sped-na-balanca-comercial>

Tabela 6 - Principais atividades industriais exportadoras do Espírito Santo

Atividades industriais*	Jan - Nov 2019			Jan - Nov 2020		
	US\$ milhões	Mil toneladas	Part. no valor total da indústria	US\$ milhões	Mil toneladas	Part. no valor total da indústria
Extração de Minerais Metálicos	1.912,8	19.060,9	25,16%	1.061,6	10.927,3	26,81%
Metalurgia	1.712,0	3.462,1	22,52%	935,4	2.829,1	23,62%
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	682,5	925,5	8,98%	660,0	945,3	16,67%
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	565,0	1.247,9	7,43%	542,3	1.445,4	13,69%
Extração de Petróleo e Gás Natural	887,1	2.314,3	11,67%	458,9	1.805,6	11,59%
Extração de Minerais Não-Metálicos	100,3	603,3	1,32%	102,3	629,8	2,58%
Fabricação de Produtos Alimentícios	107,5	30,4	1,41%	81,6	22,9	2,06%
Fabricação de Coque, de Produtos Derivados Do Petróleo e de Biocombustíveis	47,0	106,7	0,62%	41,0	86,1	1,04%
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	12,4	2,1	0,16%	15,2	3,1	0,38%
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte, Exceto Veículos Automotores	1.499,0	76,2	19,72%	13,0	0,0	0,33%
Demais atividades	77,2	24,6	1,02%	48,4	17,3	1,22%
Total da indústria	7.602,8	27.854,0	100,00%	3.959,7	18.711,9	100,00%

(*) Cnae 2.0

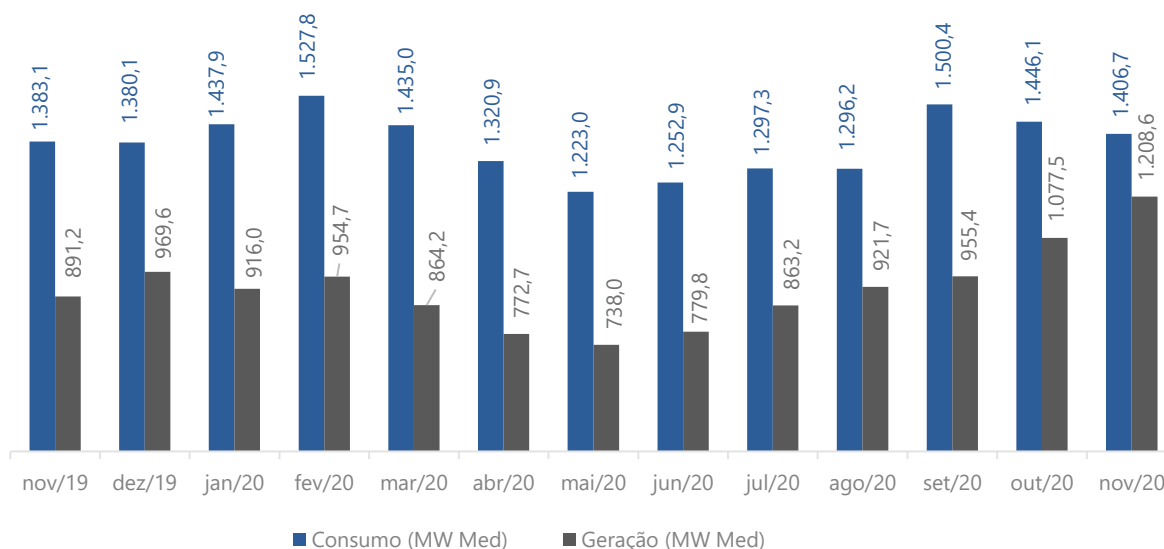
Fonte: Funcex

Elaboração: Ideies/ Findes

Ainda em novembro, tanto a geração (35,6%) quanto o consumo (1,7%) de energia elétrica no Espírito Santo cresceram frente ao mesmo mês de 2019. Nesse penúltimo

mês de 2020, foram gerados 1.208,6 MW Med de eletricidade e consumidos 1.406,7 MW Med.

Gráfico 9 – Evolução da geração e consumo e geração de energia elétrica no Espírito Santo



Fonte: CCEE

Elaboração: Ideies / Findes

Mantendo essa base de comparação, 6 dos 8 setores industriais fornecidos pela CCEE expandiram o consumo de energia elétrica no Espírito Santo, com destaque para: metalurgia e produtos de metal (51,0%); minerais não-

metálicos (47,5%); químicos (43,6%); e manufaturados diversos (20,8%). Os resultados setoriais positivos apontam para um aumento da produção no penúltimo mês de 2020.

Tabela 7 – Consumo de energia elétrica no Espírito Santo – MW med

Setor	Ramo de Atividade	Nov/2019	Nov/2020	Varição Nov 2020 / Nov 2019
Indústria geral	Alimentícios	20,2	23,2	14,7%
	Bebidas	1,0	1,2	17,6%
	Extração de minerais metálicos	111,3	66,9	-39,9%
	Madeira, papel e celulose	14,3	12,2	-14,7%
	Manufaturados diversos	13,2	15,9	20,8%
	Metalurgia e produtos de metal	121,0	182,7	51,0%
	Minerais não-metálicos	49,1	72,4	47,5%
	Químicos	31,7	45,6	43,6%
	Têxteis	-	0,04	-
Demais	Comércio	20,4	24,9	21,9%
	Saneamento	0,8	1,3	64,3%
	Serviços	73,3	75,9	3,5%
	Telecomunicações	1,5	3,0	96,6%
	Transporte	0,4	0,3	-13,1%
	Veículos	2,1	2,9	36,1%

Nota: s/f corresponde à "sem informação divulgada" pela CCEE.

(*) Cnae domiciliar

Fonte: CCEE Elaboração: Ideies / Findes

Box 1 – 2º Leilão da Oferta Permanente

No dia 4 de dezembro, a ANP realizou a sessão pública do 2º Ciclo da Oferta Permanente. Trata-se de um processo licitatório da ANP que é realizado de forma contínua, por meio de uma oferta permanente de campos devolvidos ou em processo de devolução; de blocos exploratórios disponibilizados em licitações anteriores e não arrematados ou devolvidos à agência; e de algumas áreas com acumulações marginais localizadas em bacias maduras³⁰.

Nesse 2º Ciclo da Oferta Permanente foram arrematados 17 blocos exploratórios em seis bacias (Campos, Paraná, Amazonas, Espírito Santo, Potiguar e Tucano) e uma área marginal (Juruá, da Bacia do Solimões). O bônus de assinatura total foi de R\$ 56,7 milhões. Apenas os blocos exploratórios receberão no mínimo R\$ 157 milhões em investimentos, que serão relevantes para revitalizar a produção nacional realizada fora do polígono do Pré-sal.

Tabela 8 – Relação de áreas arrematadas no 2º Ciclo de Oferta Permanente da ANP

Área	Bacia	Blocos			Bônus de Assinatura (R\$ mil)	Investimento Mínimo Previsto (R\$ mil)
		Oferecidos	Arrematados	Arrematados (%)		
Blocos Exploratórios	Amazonas	16	3	18,75	16.290,50	68.484,00
	Campos	2	1	50,00	12.055,00	29.040,00
	Paraná	23	4	17,39	2.110,00	45.288,00
	Espírito Santo	32	7	21,88	356,15	5.790,00
	Potiguar	135	1	0,74	75,00	6.000,00
	Tucano Sul	15	1	6,67	50,00	2.400,00
	Recôncavo	19	0	0,00	0,00	0,00
	Santos	59	0	0,00	0,00	0,00
	Alagoas	26	0	0,00	0,00	0,00
	Total blocos exploratórios		327	17	5,20	30.936,65
Acumulação Marginal	Solimões	1	1	100,00	25.760,00	-
	Recôncavo	1	0	0,00	0,00	-
	Total acumulações marginais	2	1	50,00	25.760,00	-

Fonte: ANP

Elaboração: Ideies / Findes

³⁰ Para saber mais sobre o processo licitatório da Oferta Permanente, veja o capítulo 5 do Anuário da Indústria de Petróleo do Espírito Santo de 2019: <https://portaldaindustria-es.com.br/categorias/anuario-do-petroleo/arquivos>

Apenas na Bacia do Espírito Santo, localizada ao norte do estado, foram arrematados 7 blocos exploratórios terrestres que ocupam uma área de 147,6 km². No total, eles geraram R\$ 356,1 mil em bônus de assinatura para o governo federal.

Todos os blocos exploratórios localizados no Espírito Santo tiveram como vencedor o consórcio formado pela Imetame e ENP Ecosystemas. A primeira empresa será a operadora de todos esses ativos. O investimento mínimo será de R\$ 5,7 mi-

lhões, sendo o maior montante aplicado no ES-T-527 (R\$ 1,17 milhão).

Os resultados dos dois Ciclos da Oferta Permanente foram benéficos para a indústria de petróleo e gás natural *onshore* do Espírito Santo. Acrescente-se que os investimentos mínimos exigidos pelo processo licitatório se mostram importantes para a revitalização e a recuperação da produção terrestre capixaba.

Tabela 9 – Relação de empresas vendedoras e blocos arremedados na Bacia do Espírito Santo no 2º Ciclo de Oferta Permanente da ANP

Setor	Blocos	Nº Ofertas	Área Arrematada (Km ²)	Empresa/Consórcio (* operador)	Bônus (R\$ mil)	Ágio Bônus (%)	PEM (UT)	Ágio PEM (%)	PEM (R\$ mil)	Pontos
SES-T4	ES-T-305	1	20,29	Imetame (50%)*; ENP Ecosystemas (50%)	50,9	1,8	133,0	0,0	798,0	100
SES-T4	ES-T-409	1	15,45	Imetame (50%)*; ENP Ecosystemas (50%)	50,9	1,8	101,0	0,0	606,0	100
SES-T6	ES-T-429	1	21,88	Imetame (50%)*; ENP Ecosystemas (50%)	50,9	1,8	143,0	0,0	858,0	100
SES-T6	ES-T-466	1	22,08	Imetame (50%)*; ENP Ecosystemas (50%)	50,9	1,8	144,0	0,0	864,0	100
SES-T6	ES-T-486A	1	10,45	Imetame (50%)*; ENP Ecosystemas (50%)	50,9	1,8	68,0	0,0	408,0	100
SES-T6	ES-T-517	1	27,55	Imetame (50%)*; ENP Ecosystemas (50%)	50,9	1,8	180,0	0,0	1.080,0	100
SES-T6	ES-T-527	1	29,93	Imetame (50%)*; ENP Ecosystemas (50%)	50,9	1,8	196,0	0,0	1.176,0	100
Total na Bacia do Espírito Santo		7	147,63		356,146				5.790,0	

Fonte: ANP

Elaboração: Ideies / Findes

4. Preços, Juros e Crédito

A inflação brasileira medida pelo IPCA registrou uma variação acumulada em 12 meses de 4,31% em novembro, acelerando-se em relação aos 3,92% observados nos 12 meses até outubro. Na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), nesta base de comparação, o IPCA acumulado ficou em 4,56%.

No acumulado do ano, de janeiro a novembro, o índice de preços oficial do país está em 3,13%. Na RMGV, nesta mesma base de comparação, o IPCA está em 3,68%. O índice mensal da RMGV subiu 0,97% em novembro, a maior variação já registrada para este mês desde o início da pesquisa de preços no estado pelo IBGE, em 2014. No Brasil, a inflação de novembro (0,89%) foi a maior para o mês desde 2015 (1,01%) e foi observado o aumento dos preços em todas as 16 regiões pesquisadas pelo Instituto.

Tabela 10 - Variação (%) do IPCA – Novembro de 2020

Período	Brasil	Grande Vitória
Índice Mensal	0,89	0,97
Preços Livres	1,06	1,15
Preços Administrados	0,41	0,41
Acumulado no Ano	3,13	3,68
Preços Livres	4,02	4,43
Preços Administrados	0,56	1,77
Acumulado em 12 meses	4,31	4,56
Preços Livres	5,52	5,93
Preços Administrados	0,91	1,00

Nota: Os "preços administrados", segundo definição do Banco Central, referem-se aos preços que são menos sensíveis às condições de oferta e de demanda porque são estabelecidos por contrato ou por órgão público.

Fonte: IBGE e Banco Central.

Elaboração: Ideies/Findes.

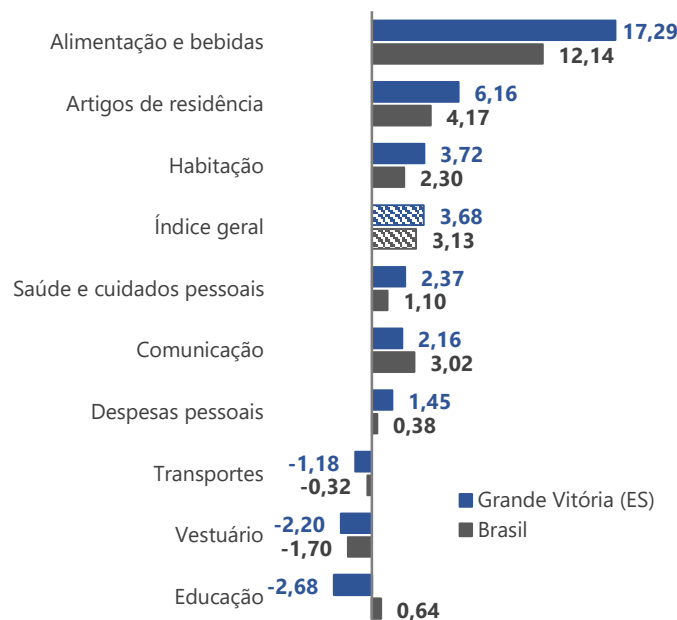
A análise por grupos de produtos e serviços mostra que alimentação e bebidas continuam puxando a alta do IPCA no Brasil e na Grande Vitória ao longo de 2020. A alta foi mais intensa a partir de agosto, pressionada pela inflação ao produtor (agrícola e industrial) e pela taxa de câmbio. Os preços dos alimentos no país subiram 12,14% no acumulado do ano e 17,29% na RMGV (gráfico 10).

Essa maior pressão inflacionária dos alimentos fez com que as despesas com esses produtos respondessem por 82% da inflação acumulada no ano pelo IPCA da Grande Vitória, que está em 3,68%. Para o Brasil, no acumulado do ano, o aumento dos preços dos alimentos registrou uma participação de 80% no índice de preços oficial do país, com uma alta de 3,13% de janeiro a novembro³¹.

Na RMGV, entre janeiro e outubro, os grupos transportes (-1,18%), vestuário (-2,20%) e educação (-2,68%) seguem com queda nos preços. Para o Brasil, os grupos transportes (-1,63%) e vestuário (-1,77%) também registram variações negativas no acumulado de 2020.

Além da inflação ao consumidor, a variação de preços medida pelo Índice Geral de Preços (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrou alta de 24,52% nos últimos 12 meses, puxada pela aceleração dos preços no atacado (Índice de Preços por Atacado – IPA)³², que teve aumento

Gráfico 10 - IPCA por grupos de produtos e serviços | Variação acumulada de janeiro a novembro de 2020 (%)

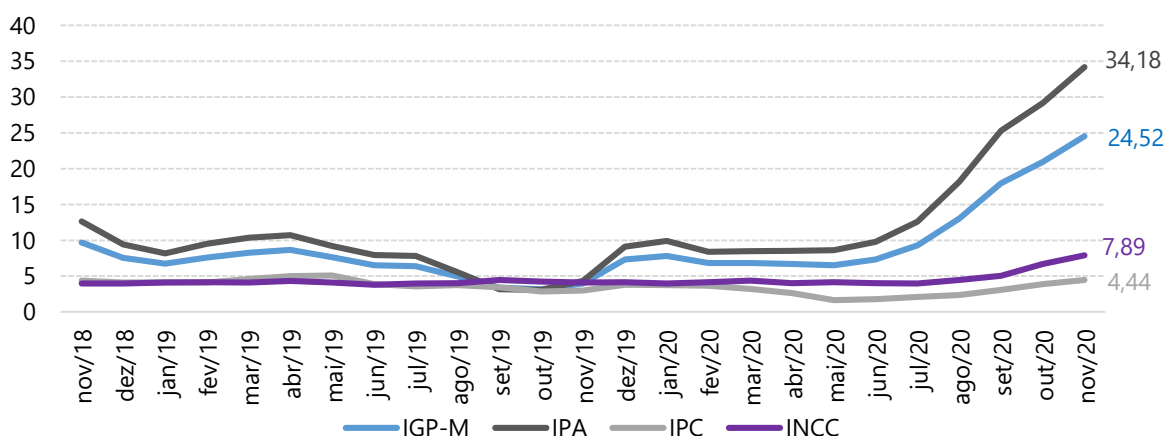


Fonte: IBGE.

Elaboração: Ideies/Findes.

de 34,18% no período³³. Os demais índices que compõem o IGP-M, o Índice de Preço ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), têm apresentado uma menor aceleração inflacionária, se comparado ao IPA, nos últimos 12 meses.

Gráfico 11 – IGP-M e seus componentes – Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: FGV e LCA Consultores

Elaboração: Ideies/Findes.

³¹ Na RMGV, em novembro de 2020, o peso do grupo alimentação e bebidas foi de 17,4% do IPCA. Já para o Brasil, o peso do grupo de alimentação e bebidas foi de 20,7% no IPCA.

³² O IPA representa 60% no IGP-M. O IPC e o INCC têm pesos de, respectivamente, 30% e 10% no cálculo do IGP-M.

³³ Na edição anterior do Boletim Econômico Capixaba foi abordado a questão da diferença entre os índices IPA e IPCA, além da discussão de um possível repasse de preço do produtor do bem final ao consumidor. Veja mais em <https://portaldaindustria-es.com.br/publicacao/open-banking-e-demanda-programas-de-capacitacao-financieira-por-carlos-ragazzo-e-bruna-cataldo-em-destaque-no-bec-de-novembro>.

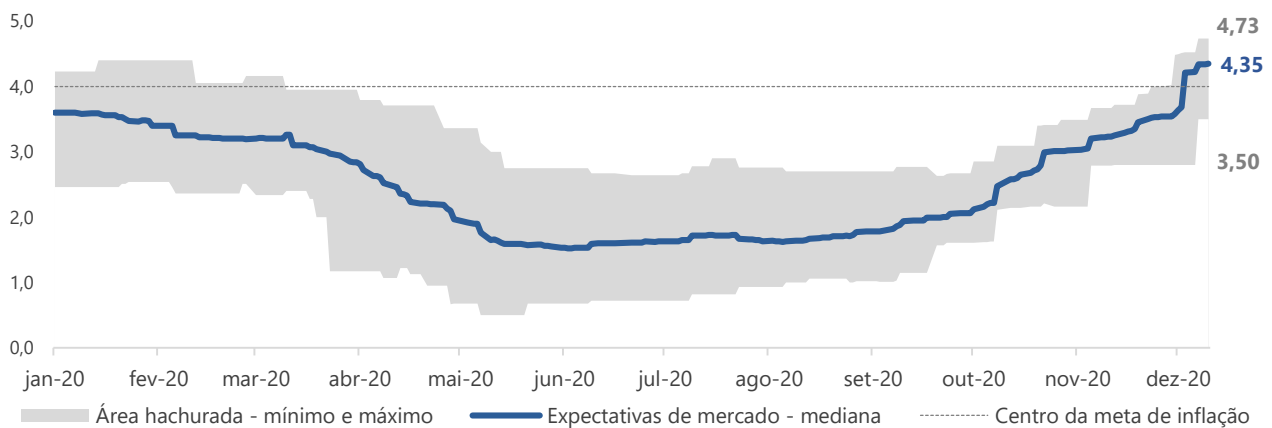
Em relação à meta de inflação para o ano de 2020, o IPCA acumulado dos 12 meses (4,31%) ultrapassou a meta estabelecida para este ano³⁴.

No dia 30 de novembro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou a reativação da sistemática de bandeiras tarifárias. Para o mês de dezembro, a Aneel estabeleceu uma mudança tarifária, passando a vigorar a bandeira vermelha patamar 2 com custo de R\$ 6,243 para cada 100 quilowatts-hora consumidos, visto que desde maio estava mantida na bandeira verde devido à pande-

mia da Covid-19. A agência explicou que essa revisão foi motivada pela queda no nível de armazenamento nos reservatórios e a retomada do consumo de energia³⁵.

Com o aumento previsto da energia elétrica residencial, estima-se que o IPCA ficará acima da meta em 2020³⁶. O último Relatório Focus, do dia 14 de dezembro de 2020, mostrou que a mediana das expectativas de mercado para o IPCA em 2020 ficou em 4,35%, com um comportamento semanal de 18 altas consecutivas das projeções de mercado.

Gráfico 12 – Mediana da expectativa de mercado para o IPCA – Variação (%) anual



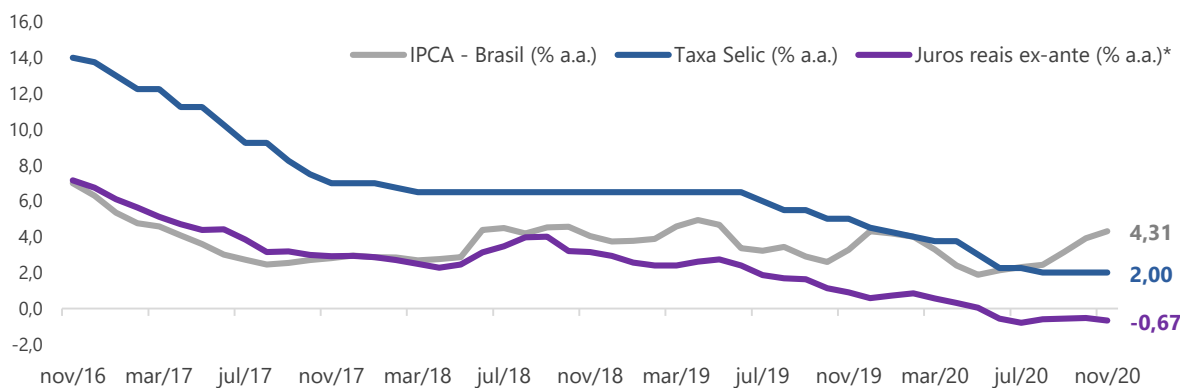
Fonte: BCB.

Elaboração: Ideies/Findes.

Na última reunião do Copom deste ano, no dia 09 de dezembro, a taxa Selic foi mantida em sua mínima histórica e encerra 2020 em 2,00% a.a. Com o aumento da taxa de inflação no curto pra-

-zo, os juros reais ex-ante da economia brasileira seguem em território negativo desde junho. Após atingir -0,81% ao ano em julho, os juros reais alcançaram -0,67% ao ano na média de novembro.

Gráfico 13 – Evolução do IPCA, da taxa Selic e dos juros reais* no Brasil



(*) Juros Reais Ex-ante ≈ Swap Pré-DI (360 dias) – Inflação (expectativa mediana para os próximos 12 meses).

Dados do IPCA até setembro de 2020.

Fonte: BCB e LCA Consultores. | Elaboração: Ideies/Findes.

³⁴ A meta de inflação para 2020 é de 4,00% com um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

³⁵ Veja mais em <https://bit.ly/36nSyrW>

³⁶ Veja mais em <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/12/01/ipca-deve-subir-mais-de-4percent-em-2020-com-energia-mais-cara-mas-vies-para-2021-e-de-baixa.ghtml>

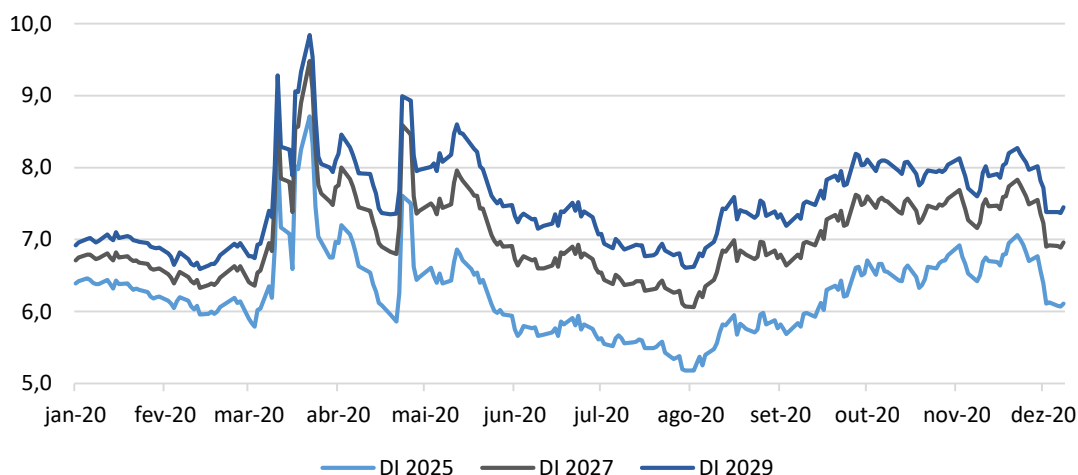
No comunicado da 235ª reunião³⁷, o Comitê manteve o diagnóstico de que, apesar da pressão inflacionária mais forte no curto prazo devido aos preços dos alimentos, os choques atuais são temporários. O Copom expos também que as condições para a manutenção da “orientação futura” (*forward guidance*) seguem satisfeitas e que “não pretende reduzir o grau de estímulo monetário”. O Comitê avaliou que, “desde a adoção do *forward guidance*, observou-se uma reversão da tendência de queda das expectativas de inflação em relação às metas para o horizonte relevante”.

Como as expectativas de inflação para 2022 se encontram próximas à meta, o Copom argumentou que “a manutenção desse cenário de convergência da inflação sugere

que, em breve, as condições para a manutenção do *forward guidance* podem não mais ser satisfeitas, o que não implica mecanicamente uma elevação da taxa de juros pois a conjuntura econômica continua a prescrever estímulo extraordinariamente elevado frente às incertezas quanto à evolução da atividade”.

Em relação ao comportamento da curva de juros de longo no prazo no Brasil, o gráfico 14 mostra que as taxas futuras dos contratos de DI para os anos de 2025, 2027 e 2029 tiveram redução no início dezembro, revertendo a tendência de alta observada nos últimos meses. Até o dia 09 de dezembro, a taxa DI 2025 chegou a 6,59% a.a. Para o mês de novembro, em média, a taxa DI de um contrato para janeiro de 2025 foi de 7,18% ao ano.

Gráfico 14 – Curva de juros futuros – Taxa DI (%)



Fonte: B3 e LCA Consultores.
Elaboração: Ideies/Findes.

Em relação à análise conjuntural do mercado de crédito, o saldo da carteira de crédito no Brasil registrou um montante R\$ 3,9 trilhões, dos quais R\$ 1,7 trilhão foram destinados às empresas e R\$ 2,2 trilhões para as famílias. O saldo total apresentou uma variação interanual de 14,5% em outubro, impulsionado pelo crescimento do montante de crédito às empresas, que teve um crescimento interanual de 21,1%.

Em outubro de 2020, o crédito direcionado cresceu 12,3% se comparado com o mesmo mês de 2019, puxado pelos recursos voltados às famílias (10,4%) e às empresas (15,2%). O saldo de crédito de recursos livre

segue apresentando variação interanual positiva em outubro de 2020 (16,3%), influenciado pelo forte crescimento do crédito de recursos livres às empresas (25,2%), na mesma base de comparação.

Para o Espírito Santo, o montante de crédito totalizou R\$ 57,5 bilhões no mês de outubro e o saldo destinado às empresas capixabas foi de R\$ 24,6 bilhões, com um aumento de 19,1% em relação ao registrado em outubro de 2019. Para as famílias, o crédito alcançou R\$ 32,9 bilhões, com um crescimento de 6,0% na comparação interanual.

³⁷ Veja mais em <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17268/nota>

Tabela 11 – Variações (%) e saldos da carteira de crédito, por tipo de tomador - Brasil e Espírito Santo

Saldo da Carteira de Crédito	Outubro/2019			Setembro/2020			Outubro/2020		
	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)
Brasil									
Crédito Total	0,4	6,4	3.380,4	2,1	13,4	3.819,1	1,4	14,5	3.871,8
Pessoa Jurídica	-0,8	-0,2	1.414,7	2,8	18,9	1.695,9	1,0	21,1	1.713,6
Pessoa Física	1,3	11,7	1.965,7	1,5	9,4	2.123,1	1,7	9,8	2.158,2
Recursos Livres	0,5	13,5	1.914,0	1,5	15,5	2.194,0	1,4	16,3	2.225,3
Pessoa Jurídica	-0,7	9,8	837,9	1,3	23,4	1.040,6	0,8	25,2	1.049,3
Pessoa Física	1,5	16,6	1.076,1	1,6	8,8	1.153,5	1,9	9,3	1.175,9
Recursos Direcionados	0,2	-1,7	1.466,4	2,9	11,0	1.625,0	1,3	12,3	1.646,6
Pessoa Jurídica	-1,1	-11,8	576,8	5,3	12,4	655,4	1,4	15,2	664,3
Pessoa Física	1,0	6,3	889,6	1,3	10,1	969,6	1,3	10,4	982,2
Espírito Santo									
Credito Total	0,5	8,0	51,7	2,2	9,7	56,4	1,9	11,2	57,5
Pessoa Jurídica	0,3	7,2	20,7	3,9	16,2	24,0	2,8	19,0	24,6
Pessoa Física	-0,7	8,5	31,0	1,0	5,3	32,5	1,3	6,0	32,9

Nota: Variação ao mês refere-se à comparação ao mês imediatamente anterior. Variação Interanual é a comparação do mês de referência contra o mesmo mês do ano anterior.

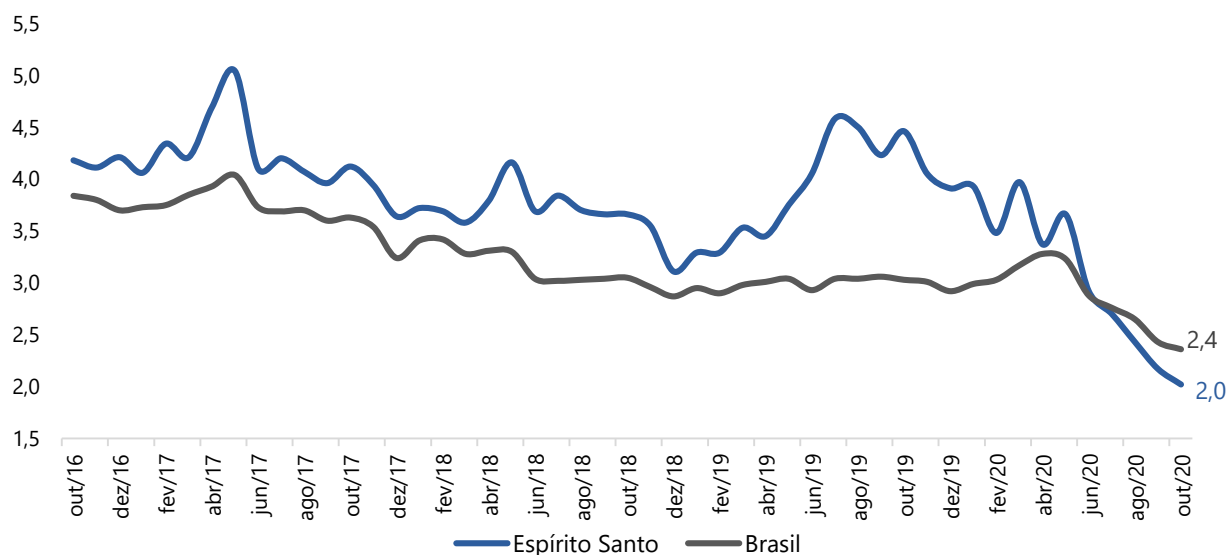
Fonte: Banco Central do Brasil.

A taxa de inadimplência das operações de crédito no Brasil se manteve estável no mês de outubro em relação à taxa observada em setembro, registrando 2,4%.

p.p. na passagem de setembro (2,2%) para outubro (2,0%). A taxa de inadimplência para as empresas e famílias capixabas ficaram, respectivamente, em 0,9% e 2,9% no mês de outubro.

No Espírito Santo, a taxa de inadimplência continua em trajetória de queda e recuou -0,2

Gráfico 15 – Taxa de inadimplência da carteira de crédito - Espírito Santo e Brasil



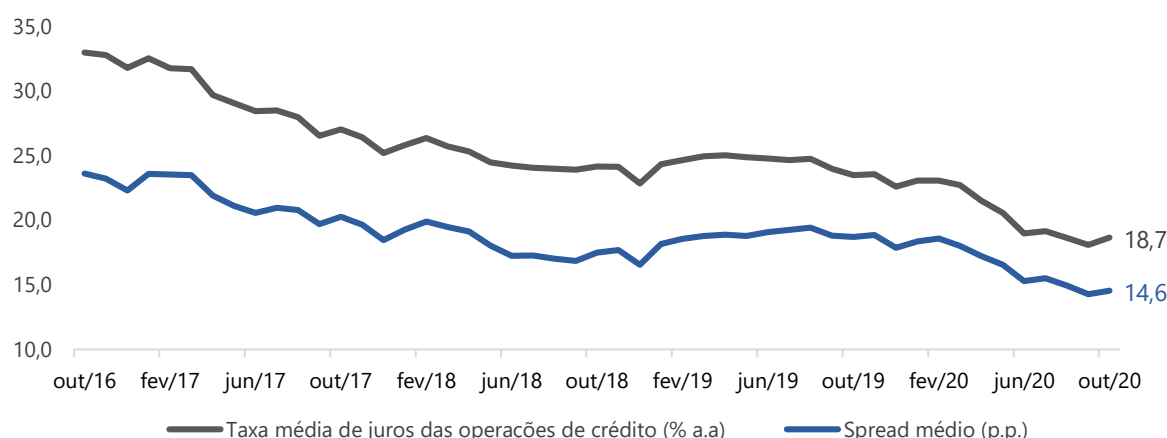
Fonte: Banco Central do Brasil.

Elaboração: Ideies / Findes.

Já a taxa média de juros no país registrou aumento de 0,6 p.p. em outubro (18,7% a.a.) em relação à taxa de setembro (18,1% a.a.), influenciada pelos aumentos das taxas de juros das operações do mercado de crédito nas modalidades de pessoas físicas e jurídicas. A taxa média de juros para as famílias ficou em 23,9% e para as empresas foi de 10,7% em setembro.

Seguindo o movimento das taxas médias de juros, o spread médio bancário no Brasil registrou alta de 0,3 p.p. na passagem de setembro (14,3 p.p.) para outubro (14,6 p.p.), com elevação tanto em relação ao spread médio cobrado às famílias quanto ao spread proveniente de operações com as empresas.

Gráfico 16 – Taxa média de juros e spread médio bancário das operações de crédito no Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil.

Elaboração: Ideies / Findes.

Na análise das taxas médias de juros praticadas pelas principais instituições financeiras, na comparação dos dados da última semana de novembro em relação à última semana de outubro, observa-se queda na variação média total das taxas de juros ao ano cobradas por estas instituições nas modalidades de capital de giro de curto prazo (até 365 dias), de longo prazo (superior a 365 dias), conta garantida e adiantamento sobre contratos de câmbio. Apenas as taxas de juros ao ano cobradas na modalidade de desconto de duplicatas registraram

aumento na comparação entre as últimas semanas de outubro e de novembro.

Para o Banestes, as taxas médias de juros mensal e anual também reduziram na linha de crédito de capital de giro de curto prazo (até 365 dias), de longo prazo (acima de 365 dias) e de desconto de duplicatas. Na última semana de novembro, as taxas da linha de crédito de conta garantida aumentaram 0,3 p.p. e 4,2 p.p., respectivamente, ao mês e ao ano.

Tabela 12 - Taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições financeiras do varejo - Pessoa Jurídica

Período Analisado: de 24/11/2020 a 30/11/2020

Instituição	Capital de Giro até 365 dias		Capital de Giro superior 365 dias		Conta Garantida		Desconto de Duplicatas		Adiantamento sobre Contrato Câmbio	
	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.
Banco do Brasil	0,9	10,8	0,8	10,5	2,1	28,6	1,0	12,5	0,3	3,6
Caixa Econômica	2,1	27,6	1,1	13,3	-	-	1,7	22,1	0,5	5,9
Santander	1,5	19,3	1,5	20,1	1,8	23,7	0,6	7,2	0,2	2,6
Itaú-Unibanco	0,5	6,4	1,0	13,0	2,5	34,7	0,9	11,1	0,3	3,6
Bradesco	0,9	11,3	1,2	15,7	2,7	38,0	0,7	9,1	0,3	3,0
Banestes	1,6	20,8	1,3	16,5	2,3	31,7	0,9	11,0	-	-
Média Total	1,2	15,1	1,1	14,5	2,3	31,3	1,0	12,4	0,3	3,7
Varição Banestes*	-1,0	-15,0	-0,5	-6,5	0,3	4,2	-0,3	-4,1	-	-
Varição média total*	-0,2	-3,2	-0,1	-0,8	-0,1	-1,1	0,0	0,4	0,0	-0,2

* Variação de p.p. em comparação com as taxas do período de 26/10/2020 a 30/10/2020

Fonte: Instituições Financeiras / Banco Central

Elaboração: Depecon / Fiesp & Ideies / Findes.

5. Finanças Públicas Estaduais

Em novembro, o Governo do Espírito Santo totalizou R\$ 1,6 bilhão em receitas, valor que registrou uma queda real de -6,3% em relação ao mesmo mês do ano passado. A principal perda se deu nas receitas de participações especiais (-40,1%).

Ainda na mesma base de comparação, as despesas de novembro totalizaram R\$ 1,3 bilhão, alta real de 5,2% em relação a novembro de 2019. O crescimento mais representativo no mês se deu nas despesas com pessoal e encargos sociais (11,4%), o que foi acarretado por um elevado pagamento de sentenças judiciais (precatórios)

de R\$ 72 milhões em novembro.

No acumulado entre janeiro e novembro de 2020, a receita total do governo capixaba alcançou R\$ 17,3 bilhões, número -6,1% menor do que o registrado no mesmo período do ano passado, já descontados os efeitos da inflação³⁸. As despesas públicas, por sua vez, somaram R\$ 13,6 bilhões no acumulado do ano, avançando 0,9% em relação ao mesmo período de 2019³⁹.

Tabela 13 - Receitas e Despesas do Governo do Espírito Santo - 2019 e 2020 (em R\$ milhões)¹

Receitas e despesas ²	Jan - Nov	Jan - Nov	Varição (R\$)	Varição (%)	Previsão	Realizado
	2019	2020	2020-2019	2020/2019	2020	2020 (%)
	(a)	(b)	(b) - (a)	(b) / (a)	(c)	(b) / (c)
Receita Total	18.396	17.279	-1.117	-6,1	19.749	87,5
Receita Tributária	12.700	12.747	47	0,4	13.067	97,5
ICMS Total	10.798	10.856	58	0,5	10.821	100,3
ICMS - Comércio	2.100	2.311	211	10,1	2.059	112,2
ICMS - Indústria	1.741	1.621	-120	-6,9	1.585	102,2
Outras Receitas Tributárias	1.902	1.891	-11	-0,6	2.247	84,2
Transferências Correntes	5.252	6.026	775	14,8	5.848	103,0
FPE	1.453	1.321	-131	-9,1	1.518	87,0
IPI	197	193	-4	-1,8	209	92,3
Royalties e Part. Especiais	1.868	1.255	-613	-32,8	2.257	55,6
Demais Transf. Correntes	1.734	3.257	1.523	87,8	1.864	174,7
Demais Receitas	5.770	3.857	-1.914	-33,2	6.112	63,1
(-) Deduções da Receita	-5.326	-5.351	-25	0,5	-5.278	101,4
Despesa Total	13.458	13.584	126	0,9	18.775	72,4
Pessoal e Encargos Sociais	8.251	7.970	-281	-3,4	10.917	73,0
Investimentos	690	936	246	35,6	1.731	54,1
Demais Despesas	4.517	4.678	161	3,6	6.126	76,4

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de novembro/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

³⁸ Vale destacar que na Tabela 13, a principal queda de receitas aparece no item agrupado como "Demais Receitas", com variação negativa de -33,2% ou -R\$ 1,9 bilhão. Os principais componentes que contribuíram para a queda neste item foram: 1) Outras receitas correntes (-R\$ 72 milhões) - receitas de dívidas ativas, multas, restituições; 2) Receita Patrimonial (-R\$ 397 milhões) - remuneração de depósitos bancários do Tesouro Estadual e remuneração dos investimentos do RPPS; 3) Receita de Contribuições (-R\$ 477 milhões) - contribuição patronal e aporte para cobrir o déficit do RPPS (estas são receitas intraorçamentárias); 4) Transferências de Capital (-R\$ 940 milhões): recursos recebidos em 2019 referentes ao acordo do Parque das Baleias.

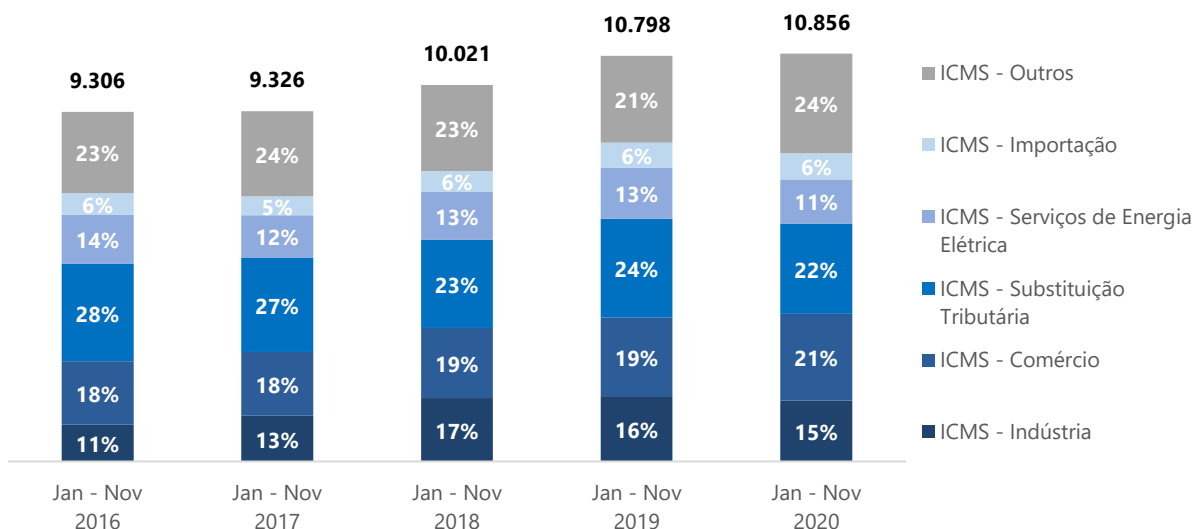
³⁹ A diferença entre as receitas totais (R\$ 17,3 bi) e as despesas totais (R\$ 13,5 bi) do Governo do Estado de janeiro a novembro, que corresponde a R\$ 3,8 bilhões, não se trata de resultado de caixa ou de resultado primário, por incluir todas as receitas recebidas e todas as despesas liquidadas pelo Poder Executivo. Refere-se, portanto, apenas a um acompanhamento de fluxo orçamentário. Algo a ser destacado é que o Portal da Transparência do ES (fonte dos dados) ainda aponta as despesas referentes às funções do Poder Judiciário (R\$ 893 milhões) e do Poder Legislativo (R\$ 142 milhões), que não são englobadas nas análises deste Boletim.

Após o período marcado por fortes quedas nas receitas tributárias durante os meses de abril a julho – em comparação aos mesmos meses do ano passado – a recuperação da arrecadação entre agosto e novembro fez com que a receita tributária voltasse a apresentar um crescimento no acumulado do ano, ainda que tímido (alta real de 0,4%).

A arrecadação do ICMS, que é o principal componente da receita tributária, teve alta de 0,5% no período, com destaque para o ICMS-Comércio, que até novembro cresceu 10,1%.

Dentre os principais componentes do imposto, a queda mais relevante se deu no ICMS-Serviços de Energia Elétrica (-13,2%).

Gráfico 17 - Receitas de ICMS (em R\$ milhões) e participação (%) por setor – Governo do Espírito Santo



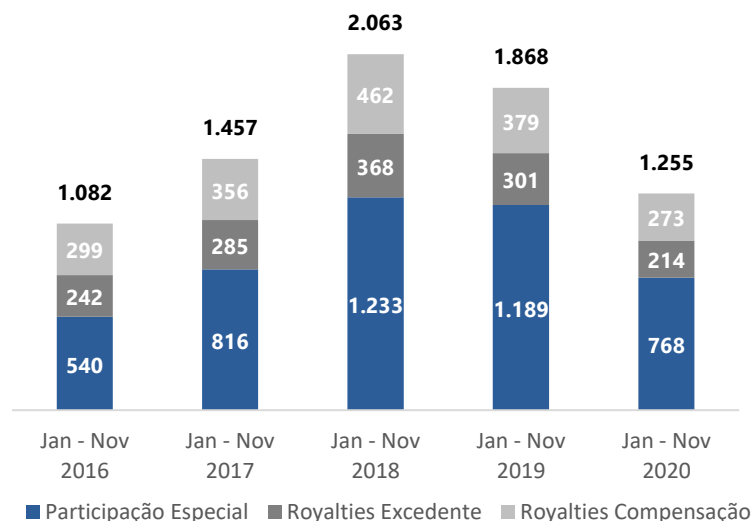
Nota: Valores deflacionados pelo IPCA de novembro/2020
Fonte: Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Findes

Na composição das receitas provenientes das atividades de produção e exploração de petróleo, o Espírito Santo registrou o pior resultado dos últimos quatro anos.

O total recebido como royalties e participações especiais entre janeiro e novembro foi de R\$ 1,25 bilhão, -32,8% abaixo dos valores observados no mesmo período de 2019. A maior queda se deu nas participações especiais (-35,4%). Estes resultados são explicados pela diminuição do volume de produção de petróleo e gás natural no Espírito Santo em 2020, bem como por queda no preço da commodity (veja mais na seção de Desempenho Industrial).

As receitas do petróleo estão enquadradas na origem de receitas chamadas de "Transferências Correntes", assim como o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e a cota-parte do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que no período em análise também apresentam queda, de -9,1% e de -1,8%, respectivamente.

Gráfico 18 - Receitas do Petróleo – Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de novembro/2020

Nota 2: inclui royalties e participações especiais; não inclui os valores retroativos referentes ao acordo do Parque das Baleias

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

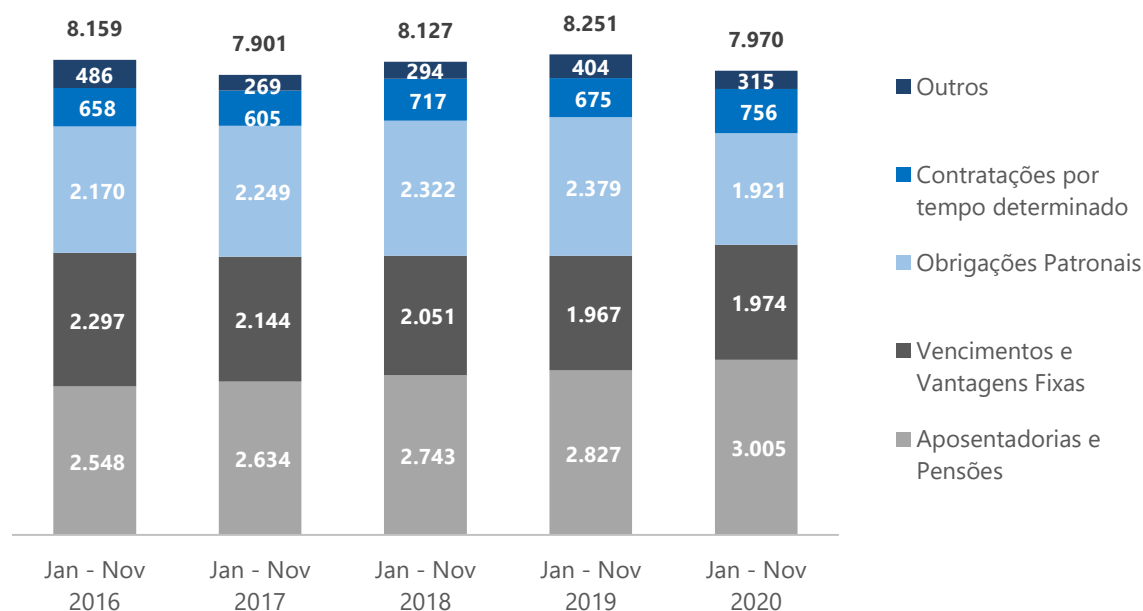
No entanto, a totalidade das transferências correntes apresenta alta de 14,8% no acumulado do ano, influenciada pelos repasses da União que se relacionam ao enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Alguns exemplos são o aumento de 34,5% nos repasses fundo a fundo do SUS e outros recebimentos extraordinários, com destaque para: complementação ao FPE (R\$ 148,5 milhões), ações destinadas ao setor cultural (R\$ 30,8 milhões), ações de saúde e assistência social (R\$ 200,6 milhões) e enfrentamento à Covid-19 e mitigação financeira (R\$ 728,3 milhões).

No lado das despesas, o principal componente são os gastos com pessoal que, até novembro, totalizaram R\$ 7,97 bilhões, queda de -3,4% em comparação a 2019.

Vale destacar que o dispêndio com a remuneração dos servidores efetivos ficou praticamente estável (alta de 0,4%), enquanto houve queda nos gastos com as obrigações patronais (-19,2%) - em função de uma mudança da legislação neste ano que reduziu a alíquota de contribuição - e aumento nas despesas com as aposentadorias e as pensões (6,3%) e com as contratações por tempo determinado (12,0%), muito em função da maior contratação de profissionais temporários na área da saúde em ano de pandemia⁴⁰.

Gráfico 19 - Despesas com pessoal e encargos sociais (em R\$ milhões) – Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de novembro/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

São justamente as despesas com saúde as que mais se destacam na análise das despesas por função do gasto público.

Até novembro, os dispêndios com saúde ultrapassaram R\$ 3,0 bilhões, aumento de 17,2%

em relação ao mesmo período de 2019, e ocuparam o topo do ranking, com 22,5% de todo o montante liquidado nos 11 primeiros meses do ano.

⁴⁰ Sobre a ajuda financeira da União aos Estados e Municípios, ver reflexão de Ribamar Oliveira no Valor: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/uma-ajuda-muito-alem-do-imaginado.ghtml>

Tabela 14 - Despesas por função – Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)

Funções	Jan - Nov 2019 (em R\$ milhões)	Jan - Nov 2020 (em R\$ milhões)	Participação em 2020 (%)	Varição (%) 2020/2019
Saúde	2.606,7	3.056,2	22,5%	17,2%
Previdência Social	2.835,6	2.428,0	17,9%	-14,4%
Educação	2.035,8	1.998,5	14,7%	-1,8%
Segurança Pública	2.110,8	1.554,2	11,4%	-26,4%
Encargos Especiais	1.293,4	1.265,0	9,3%	-2,2%
Administração	617,3	1.216,4	9,0%	97,1%
Transporte	600,4	844,0	6,2%	40,6%
Direitos da Cidadania	536,8	519,8	3,8%	-3,2%
Agricultura	211,8	181,9	1,3%	-14,1%
Assistência Social	91,2	119,8	0,9%	31,4%
Outros*	518,3	400,4	2,9%	-22,7%
Total	13.458,1	13.584,4	100,0%	0,9%

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de novembro/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

Nota 3: a categoria "Outros" engloba as seguintes funções: Essencial à Justiça, Urbanismo, Ciência e Tecnologia, Saneamento, Gestão Ambiental, Comércio e Serviços, Cultura, Desporto e Lazer, Comunicações, Indústria, Habitação, Trabalho.

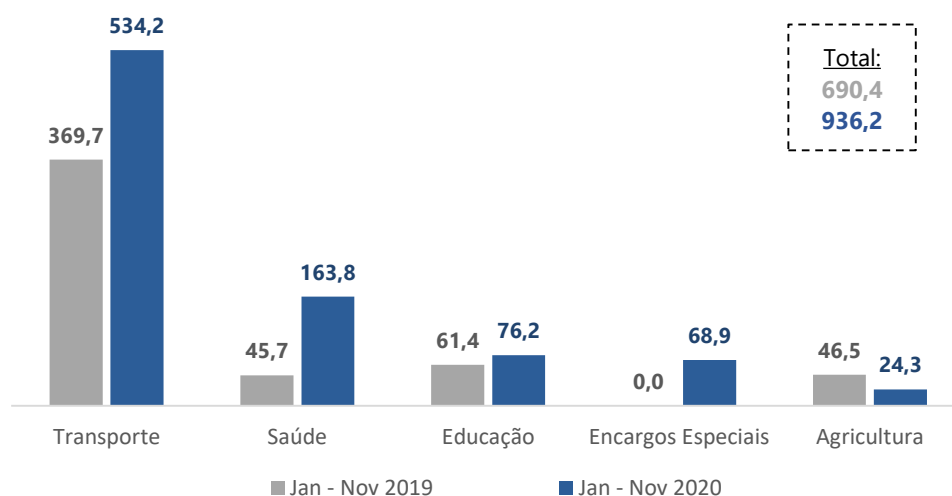
Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

Quando analisados especificamente os investimentos realizados de janeiro a novembro, a liderança fica com a função de transportes, que totaliza R\$ 534,2 milhões. Mas a saúde também se destaca, com R\$ 163,8 milhões e um crescimento de 258,1% em comparação ao mesmo período do ano passado.

O total de investimentos liquidados até novembro foi de R\$ 936,2 milhões em 2020, aumento de 35,6% em relação ao verificado em 2019.

Gráfico 20 - Principais Investimentos, por função (em R\$ milhões) - Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de novembro/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

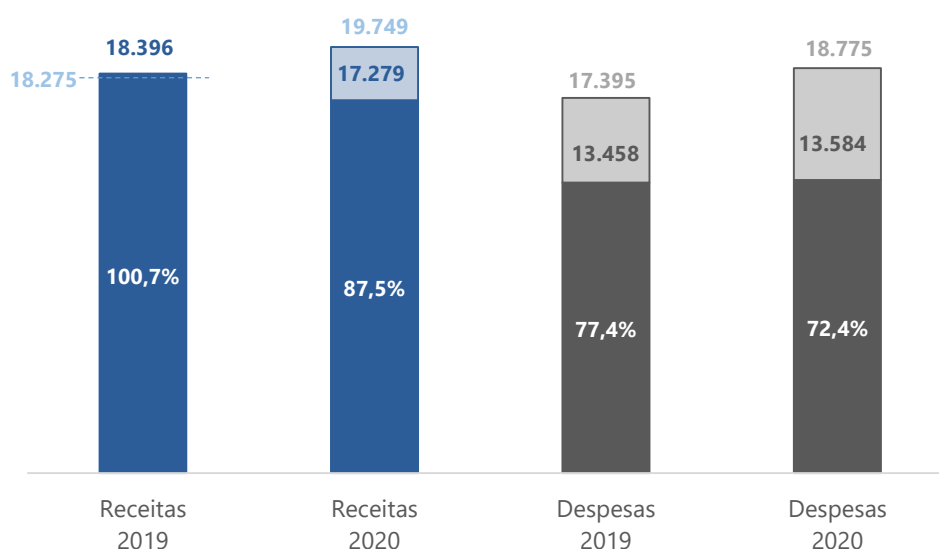
Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

Passados os 11 primeiros meses do ano, as finanças públicas estaduais mostram que, na comparação com 2019, o ritmo da arrecadação e da execução de despesas é menor quando se leva em conta o que foi orçado para cada exercício. À esta altura no ano passado, a arrecadação já havia ultrapassado 100% do que era esperado para todo o ano, enquanto em 2020 foram

arrecadados 87,5% do previsto na Lei Orçamentária Anual. No lado das despesas, por mais que os montantes tenham sido parecidos para o período em análise, o percentual de liquidação até novembro foi maior em 2019 (77,4%) do que em 2020 (72,4%), o que pode indicar maior cautela nos gastos públicos em consonância com a queda das receitas.

Gráfico 21 - Receitas e despesas orçadas para o ano (em R\$ milhões) e total realizado (em % e em R\$ milhões) - Governo do Espírito Santo, janeiro a novembro - 2019 e 2020



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de novembro/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES e Lei Orçamentária Anual/ES

Elaboração: Ideies / Findes

Para 2021, o Projeto de Lei Orçamentária Anual encaminhado pelo Governo do Estado ao poder legislativo prevê uma receita total de R\$ 18,9 bilhões, representando quase R\$ 1 bilhão de reais (ou -4,3%) a menos do que o valor previsto no orçamento de 2020).

As secretarias que concentram o maior volume de recursos para dispêndio no próximo ano são as de Educação (R\$ 2,7 bilhões), de Saúde (2,7 bilhões), de Segurança Pública (R\$ 1,8 bilhão) e de Mobilidade e Infraestrutura (R\$ 1,2 bilhão). O parecer sobre o projeto foi aprovado na Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa no dia 10 de dezembro, e a Lei Orçamentária de 2021 foi aprovada no plenário da casa em 14 de dezembro⁴¹.

⁴¹ Saiba mais em: <https://www.al.es.gov.br/Noticia/2020/12/40312/assembleia-aprova-orcamento-do-estado-para-2021.html>

6. Comentários Finais

O ano se aproxima do fim marcado pelas dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19, que impactaram o mundo inteiro e deverão estar refletidas na queda da atividade econômica global em 2020. Ao mesmo tempo, algumas boas notícias trazem muita esperança, com as aprovações e o início da aplicação de vacinas contra a doença, desenvolvidas em tempo recorde. O sucesso das vacinas e a superação da pandemia seriam propulsores de um 2021 de forte recuperação econômica e de retomada, ainda que gradual, das rotinas mais próximas ao que vivíamos até março de 2020.

Os dados recém divulgados sobre o PIB brasileiro mostraram recuperação no 3º trimestre deste ano, com crescimento de 7,7% em relação ao trimestre anterior. No entanto, na comparação contra o 3º trimestre de 2019 o resultado foi negativo, com queda de -3,9%.

Para o Espírito Santo o cenário é parecido. Segundo os dados do IAE-Findes, uma estimativa do PIB capixaba, houve crescimento de 9,5% na passagem do segundo para o 3º trimestre de 2020, mas retração de -4,3% em relação ao mesmo trimestre do ano passado.

Já nos dados econômicos de outubro, mês que inicia o 4º trimestre, o Brasil teve evolução positiva nas três pesquisas setoriais do IBGE. A produção física industrial cresceu 1,1%, as vendas do comércio varejista ampliaram 2,1% e o setor de serviços teve alta de 1,7%, sempre na comparação contra setembro.

No caso do Espírito Santo os resultados mensais de outubro não foram positivos. A indústria retraiu -1,8%, o comércio varejista ampliado caiu -2,4% e os serviços tiveram queda de -2,0%.

Dentro da indústria capixaba o destaque positivo no mês foi a evolução da indústria de transformação, que cresceu 7,5% em relação a setembro e superou o nível de produção registrado em fevereiro, antes do início da pandemia.

Em relação à inflação, o último dado referente a novembro revelou que o IPCA nacional registrou 0,89% no mês, enquanto na Região Metropolitana da Grande Vitória o número foi de 0,97%. Houve alta em todas as 16 regiões

pesquisadas, e a taxa registrada nacionalmente foi a maior para o mês desde 2015. No acumulado em 12 meses o IPCA brasileiro soma 4,31% e o capixaba 4,56%, acima, portanto, da meta de inflação de 4,00% em 2020.

O Comitê de Política Monetária (Copom) avaliou que o choque de inflação é temporário, influenciado pela alta do preço dos alimentos, e deliberou pela manutenção da taxa Selic em 2,00% a.a. na sua última reunião de 2020, realizada no dia 09 de dezembro.

A taxa média de juros das operações de crédito no Brasil ficou em 18,7% em outubro, enquanto o spread médio foi de 14,6 p.p. A inadimplência se manteve em 2,4% no país, mas recuou para 2,0% no Espírito Santo. Já os saldos totais da carteira de crédito tiveram evolução positiva na comparação mensal e na comparação interanual, tanto no Brasil (1,4% e 14,5%), quanto no Espírito Santo (1,9% e 11,2%).

Nas finanças públicas estaduais o Governo do Espírito Santo acumula queda real de -6,1% nas receitas e alta de 0,9% nas despesas, entre janeiro e novembro de 2020, na comparação contra o mesmo período de 2019. Os investimentos até o momento somam R\$ 936,2 milhões, crescimento de 35,6% em relação ao ano passado.

No campo político, passadas as eleições municipais de novembro, o mês de dezembro começou com as atenções voltadas para outra polêmica eleitoral: o julgamento no STF que decidiu pelo cumprimento da Constituição Federal e vetou a possibilidade de nova reeleição dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Tal fato deverá agitar os bastidores políticos de Brasília durante o fim deste ano e o início do próximo, até a eleição dos novos comandantes das principais casas legislativas do país em fevereiro.

Além disso, as atenções neste final de ano também se voltam para os desdobramentos das tratativas sobre a possível aprovação de vacinas para uso no Brasil e sobre o plano nacional de imunização contra a Covid-19, que foi divulgado pelo Governo Federal e deverá sofrer atualizações conforme haja novidades em relação às vacinas e ao calendário de aplicação. Estes serão fatos importantíssimos para 2021.

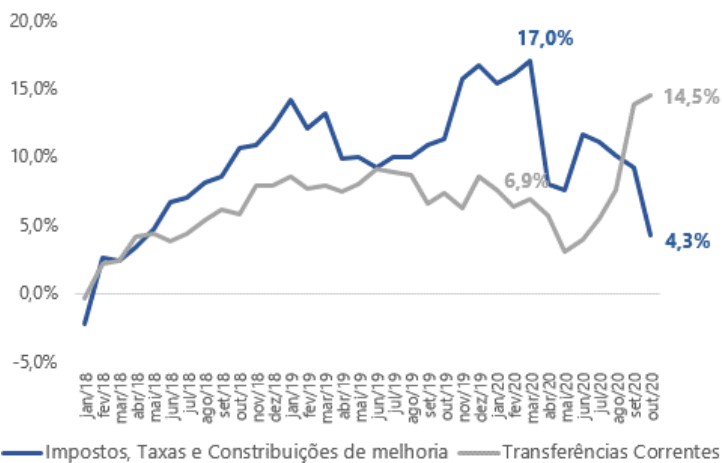
Anexo – Evolução das receitas dos municípios do Espírito Santo

Confira abaixo os gráficos referentes aos 10 maiores municípios capixabas (em termos populacionais) no que diz respeito às suas receitas tributárias e às receitas de transferências correntes no acumulado em 12 meses.

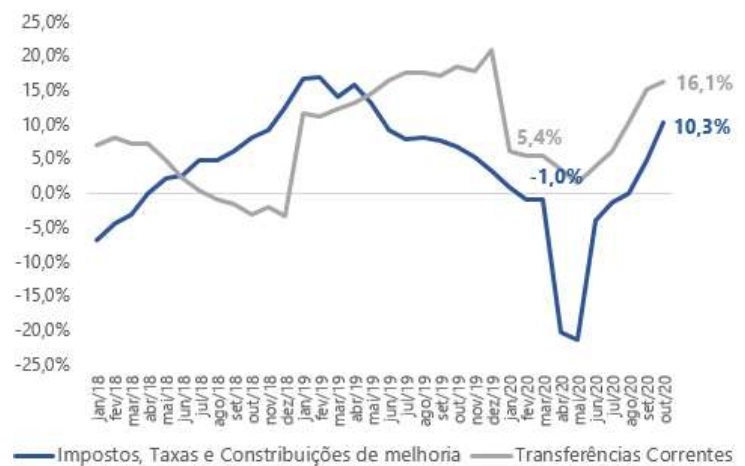
Para visualizar os dados de todos os municípios (exceto Marataízes, que não enviou as informações de 2020), acesse a planilha disponibilizada em: <http://bit.ly/MunicipiosES>

Varição % da receita acumulada em 12 meses (em comparação ao mesmo período do ano anterior)

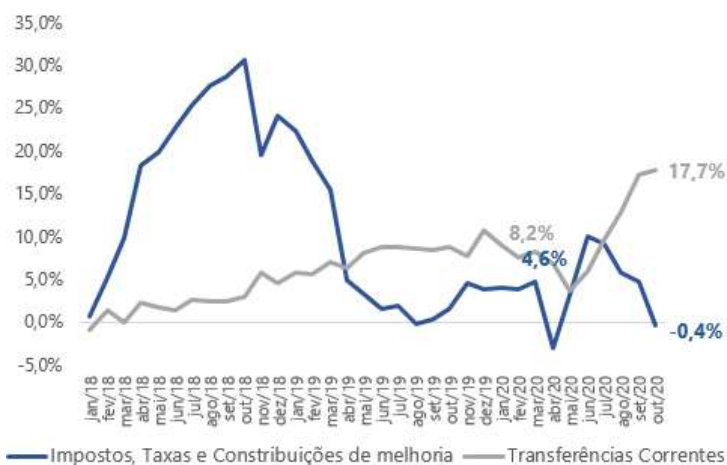
Serra



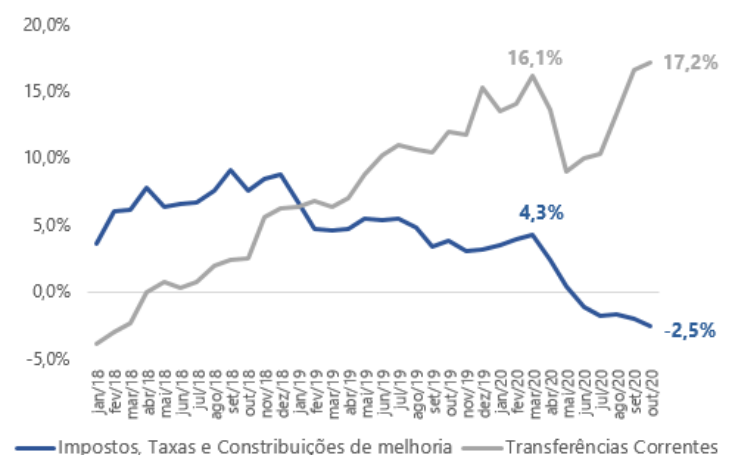
Vila Velha



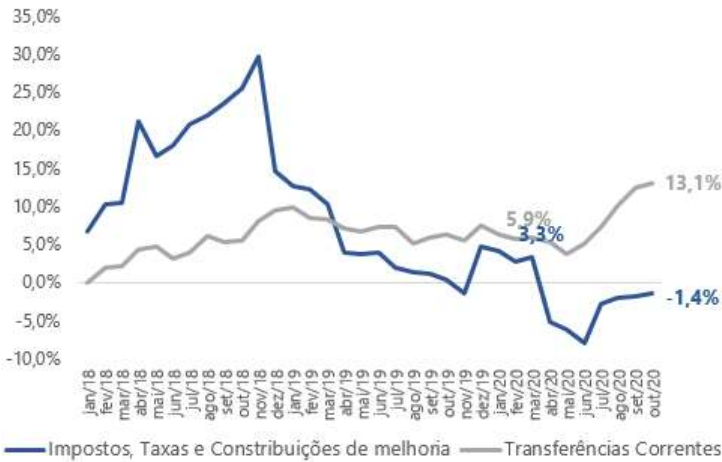
Cariacica



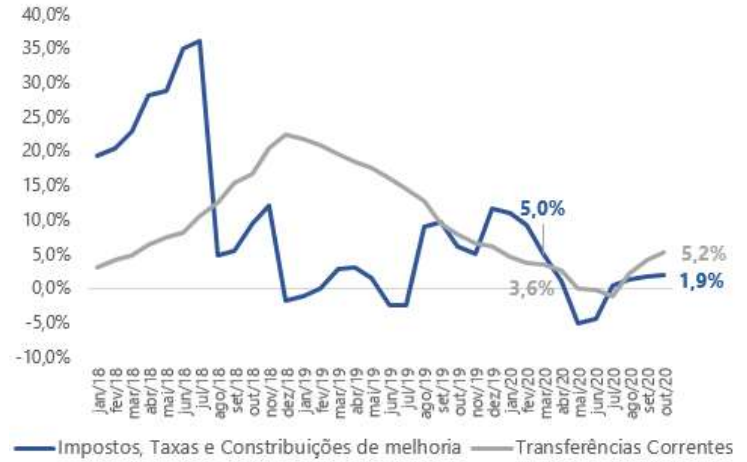
Vitória



Cachoeiro de Itapemirim



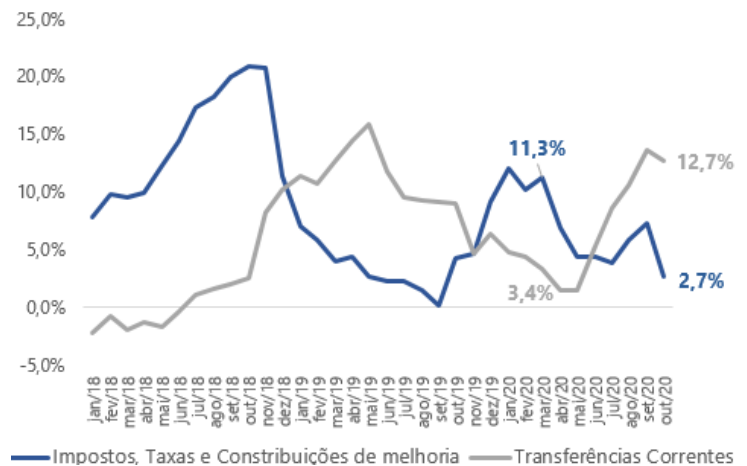
Linhares



São Mateus



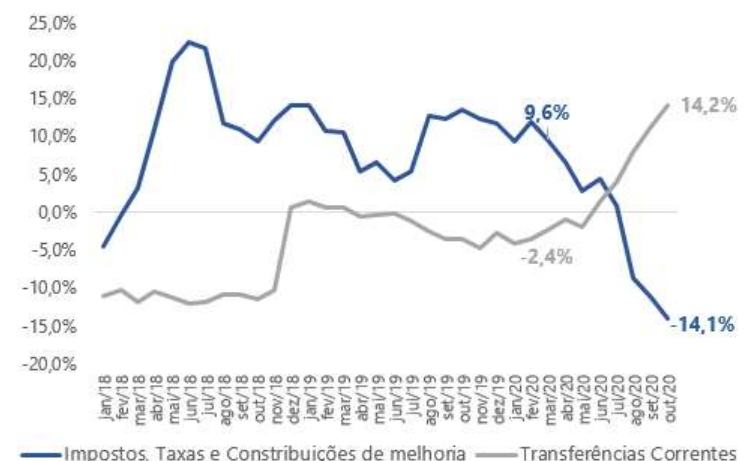
Guarapari



Colatina



Aracruz



BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Publicação do Ideies – Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo

ISSN 2595-9247

Entidade da Fines | Gerência de Estudos Econômicos

Revisão

Marcelo Barbosa Saintive
Sílvia Buzzone de Souza Varejão

Elaboração

Sumário Executivo – Rodrigo Taveira Rocha
Seção Destaque – Rodrigo Taveira Rocha
Atividade Econômica – Jordana Teatini Duarte
Desempenho Industrial – Thais Maria Mozer
Preços, Juros e Crédito – Marcos Vinícius Chaves Morais
Finanças Públicas Estaduais – Rodrigo Taveira Rocha
Comentários Finais – Rodrigo Taveira Rocha
Anexo – Balmore Alírio Cruz Aguilár e Rodrigo Taveira Rocha

 (27) 3334-5689 |  ideies.org.br |  @ideies |  (27) 98818-2897



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

